

Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins

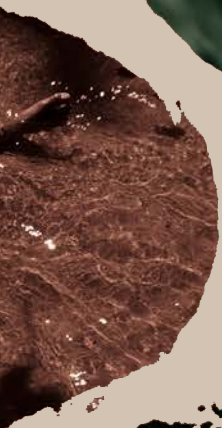
Abril 2021



act:onaid

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA





Pesquisa dedicada aos povos e comunidades tradicionais do Cerrado, que cotidianamente mantêm o Cerrado de pé, cultivando seus **modos de vida**, **biodiversidade** e **resistência**.

Cerrado e modos de vida tradicionais no corredor Mirador-Mesas

[Abril 2021]

Coordenação

Emmanuel Ponte
Gerardo Cerdas Vega
Helena Rodrigues Lopes

Autora

Débora Assumpção e Lima

Texto

Camila Nobrega
Débora Assumpção e Lima

Pesquisa e edição

Camila Nobrega

Revisão

Núcleo Piratininga de Comunicação

Projeto gráfico e ilustrações

Estúdio Massa

Realização



act:onaid

Parcerias



ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA



Apoio



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Débora Assumpção e

Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins [livro eletrônico] /
Débora Assumpção e Lima ; coordenação Helena Lopes, Emmanuel Ponte, Gerardo Vega. --
1. ed. -- Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2021.

PDF

ISBN 978-65-89247-02-9

1. Agronegócio 2. Biodiversidade 3. Cerrado - Brasil 4. Cerrados - Maranhão 5. Cerrados -
Piauí 6. Cerrados - Tocantins 7. Civilização - História 8. Identidade social I. Lopes, Helena. II.
Ponte, Emmanuel. III. Vega, Gerardo. IV. Nobrega, Camila. V. Título.

21-63787

CDD-361.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Cerrado : Modos de vida : Problemas sociais
361.10981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



Assentamento Alegre, município de Riachão - Maranhão. Crédito: Andressa Zumpano

ÍNDICE

- 08** Introdução
- 11** Contexto
- 16** **Metodologia:** caminhos e desenvolvimento da pesquisa
- 24** **Corredor Maranhão, Piauí e Tocantins:** sociobiodiversidade, resiliência e resistências cotidianas
- 27** **Tempos muitos:** como passado, presente e futuro se articulam no cerrado
- 34** Mulheres e Cerrado
- 37** Infância e juventude camponesas
- 39** Conflitos e ameaças ao Cerrado e seus povos
- 45** **Articulações e resistência:** projeto de vida e conservação do Cerrado
- 48** Lições e aprendizados da pesquisa
- 50** Referências



INTRODUÇÃO

Comunidade de Ilha Verde, Babaçulândia, Tocantins. É Dia do Cerrado, e também o primeiro dia do trabalho de campo desta pesquisa. Um 11 de setembro, 2019. A proposta era dialogar com as cerca de 40 famílias ribeirinhas que viviam no entorno do reservatório de Estreito. Esse é um dos megaprojetos implementados na região do Maranhão, Piauí e Tocantins (MAPITO), que fica entre os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.¹ O plano do dia, porém, foi atropelado por uma remoção na comunidade — a segunda vivida pelas mesmas famílias. Sob a justificativa de que estavam em uma Área de Proteção Ambiental (APA), as famílias foram expulsas do território onde viviam, cultivavam e se alimentavam. Tratava-se de uma ordem de despejo.²

Nesse mesmo período, aumentaram no país denúncias de invasões de áreas de preservação ambiental, incluindo terras de populações tradicionais. Dados de satélites mostram avanços de grandes propriedades, queimadas criminosas, impactos de grandes empreendimentos sem limitações ou controle por políticas públicas.

A situação é emblemática, principalmente se entendida dentro do contexto da região do Cerrado em que há escalada de violência e de conflitos fundiários, agravados pela chegada de diferentes megaprojetos de infraestrutura e do agronegócio. Esses empreendimentos têm escancarado as relações de poder desiguais e a exclusão das populações tradicionais de processos de decisão que dizem respeito a territórios que ocupam há décadas, em alguns casos, séculos.

Na prática isso tem significado, por exemplo, o não cumprimento da Constituição brasileira e de outros dispositivos legais, como no caso do decreto que trata dos direitos das comunidades tradicionais e proteção de seu modo de vida, bem como de normativas internacionais, como a Convenção 169, que diz respeito ao direito de consulta prévia, livre e informada, e a Convenção da Diversidade Biológica, ambas integradas a nosso quadro jurídico através do Decreto Legislativo nº 143/2002 e do Decreto Presidencial nº 2.519/1998, respectivamente. O resultado são impactos desiguais em populações tradicionais e agravamento de um modelo de sociedade que am-

plifica projetos destrutivos e dificulta a sobrevivência e continuidade de formas social e ambientalmente justas. O Cerrado é compreendido como parte das formas de vida de quem ali reside, como apresentado pela quilombola tocantinense Luzia³ — “O Cerrado é um ser vivo como nós humanos.”

O setor do agronegócio tem disseminado um discurso que aborda as mudanças climáticas como algo novo, como se a falta de chuva no período do plantio e as constantes pragas que afetam a produção não estivessem de alguma maneira sendo influenciadas pelas ações do setor. A saída, a partir desse olhar, seria usar ainda mais agrotóxicos e adubos químicos, maior apoio financeiro dos Estados e mais financiamentos privados para este setor de mercado. Um olhar mais acurado para o cenário mostra, porém, que a ordem dos fatores é invertida nesse discurso. A crise climática está, na verdade, intimamente conectada com o sistema industrial de produção de alimentos — do plantio às redes de supermercado — e com a dificuldade de acesso aos alimentos de qualidade e nutritivos por um número crescente de pessoas ao redor do mundo.⁴

Por outro lado, a agricultura familiar, principalmente a partir da agroecologia, tem mostrado cada vez mais potencial de conectar – e apontar limites também – entre produções locais e mercados globais. Esses exemplos de possibilidades futuras, a partir de produções ambientalmente e socialmente justas, e que trazem saberes ancestrais, já existem no presente, porém são silenciadas.

É no diálogo com esse contexto que estão situadas as páginas a seguir. O cenário da pesquisa se situa em meio ao agravamento da crise climática e das múltiplas crises socioambientais. Mas, em vez de se ater aos números e dados sobre conflitos, a principal contribuição desse trabalho está baseada nos diálogos e registros de vivências no percurso feito em territórios tradicionais. Na prática, significa uma janela aberta a olhares múltiplos, exatamente como os modos de vida que ocupam esses lugares.

Frente a esse contexto, o acompanhamento e fortalecimento das vozes das populações tradicionais no Cerrado, torna-se ainda mais importante e urgente⁵. Ao contrário de assistir em silêncio, moradoras e moradores de diferentes regiões do Cerrado

O Cerrado é compreendido como parte das formas de vida de quem ali reside, “O Cerrado é um ser vivo como nós humanos.”

buscam formas de articulação para, por um lado, denunciar violações e, por outro, fortalecer as existências múltiplas que pulsam, embora ameaçadas por diferentes fatores, começando pelo direito à terra, ou, mais precisamente, ao território.

A luta dos povos e comunidades tradicionais, e a forma que até hoje encontraram para manter vivas diferentes maneiras de ocupar o território de forma sustentável são os pontos-chave desta pesquisa. Por isso, o olhar central é para o reconhecimento do direito de existência e de permanência dessas diversas formas de se relacionar com os bens comuns, como

1. Sobre perfil do Cerrado e corredores prioritários de atuação: <<https://ispn.org.br/perfil-ecossistema-do-cerrado-e-lancado/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

2. Relato sobre a remoção pode ser encontrado no site da Comissão Pastoral da Terra (CPT): <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4902-pela-segunda-vez-familias-ribeirinhas-da-comunidade-ilha-verde-sao-despejadas-em-babaculandia-to>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

3. Todos os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, evitando identificações individualizadas. A decisão foi tomada em acordo comum com os grupos focais que participaram da pesquisa, assim como o Grupo Gestor responsável pelo monitoramento do projeto no qual a pesquisa se insere. As fotografias, por sua vez, foram utilizadas de forma a não permitir relação direta entre falas e imagem.

4. Para discussões e pesquisas mais aprofundadas sobre os impactos do agronegócio pode-se consultar: <<https://www.grain.org/en/category/539-climate>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

5. Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil foi entregue em 2019 ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi duramente criticado por diversas organizações da sociedade civil, por falta de espaço para participação. Mais informações no site da Câmara dos Deputados: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sociedade-civil-critica-afastamento-de-relatorio-sobre-direitos-humanos-do-governo-para-a-onu-e-denuncia-intervencao-no-cndh>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



Assentamento Alegre, município de Riachão - Maranhão. Crédito: Andressa Zumpano.

água e terra. Ao contrário do que a narrativa mais dominante propaga, as relações entre humanidade e natureza não precisam ser de extração ilimitada, de destruição. Modos de vida no Cerrado mostram que é possível cultivar, morar e produzir de forma contínua e sustentável.

A pesquisa teve como objetivo analisar e compreender o papel dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais na conservação do Cerrado como um todo, seus bens comuns, identidades e diversidades, com recorte específico nas comunidades dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Essa lente traz à tona os usos dos territórios e o manejo dos bens naturais pelas comunidades, indispensáveis à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Esta pesquisa faz parte das atividades desenvolvidas pela ActionAid no âmbito da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, com apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF), que busca proteger as regiões biologicamente mais ricas do planeta, conhecidos como *hotspots* de biodiversidade, bem como apoiar o engajamento da sociedade civil.

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado tem atuado desde 2016 na defesa do Cerrado, fortalecendo as lutas e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais dessa rica região. É composta por uma rede que reúne povos e comunidades tradicionais, organizações ligadas à defesa dos direitos sociais, políticos e territoriais, à agroecologia, assessorias técnicas e organizações internacionais.⁶

Este estudo é uma busca por territórios férteis de sabedorias e práticas, muitas vezes apagadas pelo acelerado e violento processo de avanço de megaprojetos. Por isso, tanto as entrevistas como as análises sobre a realidade dos estados em estudo, bem como o levantamento de informações, estão guiados por vozes e olhares de um conjunto de identidades que compõem a região, como camponesas, indígenas, quilombolas, pescadoras, dentre tantas outras.

6. Para conhecer mais sobre a Campanha e as organizações e articulações participantes: <<http://campanhacerrado.org.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.




CONTEXTO

O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul e a savana com maior biodiversidade do mundo, atualmente abriga o que é chamado pelas grandes corporações do agronegócio como a “última fronteira agrícola do Brasil”, o Matopiba. Baseado na sigla criada com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o Matopiba foi concretizado pelo Decreto nº 8.447, em maio de 2015, compreendendo nada menos do que 73 milhões de hectares, onde são produzidos mais de 20 milhões de toneladas de algodão em pluma, soja e arroz, em um modelo baseado no monocultivo e numa crescente concentração de terras.⁷ O Decreto já foi revogado, mas as engrenagens que acelerou seguem vivas e podem ser identificadas, inclusive, nas legislações estaduais.⁸ Como consequência, esse processo tem significado expulsão de comunidades e povos tradicionais, desmatamento, contaminação de cursos d’água, desaparecimento de diversidades alimentares e sementes crioulas, de tradições, sabedorias e modos de viver e se relacionar com tudo que nos cerca.

A área de cultivo dentro do Matopiba ultrapassa os seis milhões de hectares, mas o que chama atenção é a aceleração do avanço sobre novas terras, coincidindo com o aumento de conflitos fundiários e outras formas de violência que serão abordadas ao longo deste estudo.

7. Para mais informações consultar: <https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1520603385ACTIONAID_MATOPIBA_PORT_WEB.pdf> e <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>> Acesso em: 11 de março de 2021.

8. No estado do Piauí, por exemplo, há mecanismos legais como as leis estaduais nº 6.709/2015 e 7.294/2019 que tratam sobre a venda de terras, embora absolutamente inconstitucionais, permanecem sendo utilizadas como parâmetros. Para informações detalhadas consultar: <<https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado>> Acesso em: 11 de março de 2021.



A chegada de grandes empresas, cujos interesses são relacionados à especulação e/ou de grandes grupos do agronegócio, tanto nacionais como estrangeiros, tem causado transformações significativas na paisagem local. A situação faz parte de lógicas de acumulação em escala global, com desmatamento agressivo, expulsão de comunidades e esgotamento acelerado de bens estratégicos, como a água.

No panorama internacional, o Brasil tem sido reconhecido como um dos principais países envolvidos nessa dinâmica de transferência de terras para grandes grupos econômicos, visando a atender à crescente demanda mundial por alimentos, energias e matérias primas, muitas vezes em detrimento dos direitos dos povos tradicionais e da conservação da natureza, agravando assim os processos de empobrecimento no campo e acelerando as mudanças climáticas. Com as recentes disposições legais aprovadas pelo Congresso Nacional, em especial a Lei nº 13.465, de 11/07/2017, que dispõe sobre regularização fundiária rural e urbana, a tendência é de agravamento dessa realidade.⁹ Embora ainda não existam estatísticas oficiais confiáveis sobre o controle de terra por parte de estrangeiros no Brasil, algumas pesquisas sugerem que ela atinge hoje algo em torno de 4,5 milhões de hectares (WILKINSON, 2012).

Neste contexto, formas de opressão se somam e colocam alguns grupos sociais em situação de ainda mais riscos. É o caso das mulheres, como mostra o presente estudo. Elas são guardiãs de sabedorias tradicionais, desenvolveram conhecimentos sobre as águas, as roças, as dinâmicas sociais e ocupam posições de autoridades locais em diversos temas. Além disso, são também elas as lideranças de muitos movimentos de enfrentamento do avanço do agronegócio e da especulação fundiária sobre os territórios tradicionais. Por essa razão, são também atingidas de forma diferenciada e tornam-se alvo de diversas violências ainda pouco documentadas.

Nesse sentido, as mulheres aparecem de forma transversal neste estudo. Embora haja uma seção específica, seus depoimentos e visões estão presentes ao longo de todo o texto. A produção da pesquisa em si também foi majoritariamente desempenhada por mulheres.

Os dados oficiais sobre a região não trazem

transparência sobre essas camadas de complexidade, de risco e de violências e se fixam, ao contrário, majoritariamente, em uma lógica de promoção do modelo agroexportador. Exemplo disso é a forma como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), define a área do Matopiba em seu endereço. A informação principal apresentada está focada na produtividade crescente da região. Segundo a Embrapa, apenas o estado do Tocantins expandiu sua área plantada ao ritmo de 25% ao ano nos últimos quatro anos, citando dados da Companhia Nacional de Abastecimento.¹⁰

Essa é apenas, no entanto, uma parte da narrativa e faz parte de um conjunto de diversas ações do Estado brasileiro para promover um modelo agrícola pautado no monocultivo de *commodities*:¹¹ soja, milho, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar, em sua grande maioria, transgênicas. É um olhar que dá visibilidade a números de produção, sem mencionar, no entanto, o outro lado dessa expansão avassaladora sobre as terras e territórios do Cerrado.

Pensando, todavia, a partir das premissas básicas do que vem sendo entendido como justiça socioambiental ao redor do mundo, é preciso, antes de mais nada, responder às seguintes perguntas: quem são as pessoas e ecossistemas mais atingidos? A que custo se dá essa aceleração da produção? O que significa manter o Brasil na posição de grande exportador de *commodities* — e, portanto, de país que extrai avassaladoramente?

Quando abordamos a área de estudo dessa pesquisa, o que está em perigo é uma rica biodiversidade social e ambiental, que será chamada aqui como sociobiodiversidade,¹² porque vai além da conservação ambiental e a combina com diversidade social, cultural e ecológica. Ou seja, natureza e gente sem separação.

Boa parte do discurso oficial sobre os sertanejos presente no campo lexical que abarca o Matopiba, é organizado em uma narrativa utilizando-se as noções de precariedade, pobreza ou da falta de recursos. Pouco espaço é reservado a dados que ressaltem a sociobiodiversidade existente. Esta perspectiva fica evidente nas notas técnicas da Embrapa (MIRANDA, 2014) e principalmente na minuta do Plano de De-

envolvimento Agropecuário do Matopiba (2016).¹³

Vale ressaltar que os documentos oficiais têm sido utilizados como forma de argumentação para o avanço dos monocultivos. No entanto, os projetos para produção de *commodities* não distribuem as riquezas que geram. Ao contrário, o que vem sendo observado ao longo dos anos é a intensificação da concentração de terra pela expansão dos latifúndios produtores de *commodities*, a expulsão das comunidades de suas terras tradicionais ou sobreposição de áreas de reserva ambiental das fazendas em territórios tradicionais, com avanço do desmatamento (ACTIONAID, 2017; LIMA, 2019; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018, 2015).

O acesso ao crédito agrícola é uma questão central. O Prodoeste é um exemplo disso. É um dos maiores projetos de irrigação em área contínua do mundo. Porém, a ampliação das oportunidades produtivas mediante a oferta hídrica regular não foi garantida para pessoas empobrecidas, e o público-alvo nunca foram os povos e comunidades tradicionais, tais como vazanteiros e brejeiros.

Exemplo concreto disso foi identificado nesta pesquisa. Nenhuma comunidade do sul do Piauí visitada em 2019 durante o trabalho de campo havia conseguido acessar qualquer tipo de crédito agrícola.

Políticas públicas, bem como um debate inclusivo, não podem ser realizados a portas fechadas e sem escuta às pessoas que moram no local em questão. Assim como já apontava o Relatório da ActionAid (2017), é fundamental que as vozes das comunidades sejam ouvidas no desenho e implementação dos planos de desenvolvimento voltados para os aproximadamente 48% restantes do Cerrado. Historicamente, têm predominado os interesses e as visões de governos e empresários ligados à grande fazenda agrícola ou pecuária e à expansão de infraestruturas em detrimento de povos e comunidades tradicionais, assim como do meio ambiente. Ressalta-se que a perda da sociobiodiversidade nesta região é irreparável.

É o que têm apontado diversas pesquisas recentes realizadas na região, como mostram, por exemplo, os resultados recém-publicados do Projeto Sociobiocerrado. A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pesquisadoras responsá-

veis pelo projeto ressaltam que os contornos da região foram definidos oficialmente em 1984, em um esforço de simplificação para apresentá-la como um espaço delimitado em um mapa, que tinha como objetivo institucionalizar a visão de bioma no Brasil. Guéneau *et al.* (2020) apontam, ainda, que a expansão de terras agrícolas no Cerrado durante o período de 2003-2013 gerou grande emissão de carbono, sendo 29% resultado da conversão de florestas em cultivos agrícolas. No mesmo período, a conversão de terras cultiváveis no Matopiba contribuiu com 45% das emissões totais de carbono florestal do Cerrado. O aumento das emissões e a conversão de áreas em cultivos agrícolas, conforme destacado pelas autoras, também demonstra uma crescente perda de sociobiodiversidade.

As mudanças aceleradas ocorridas nos últimos anos no Cerrado se tornaram evidentes em todas as fases do estudo e especialmente a partir das aproximadamente 40 entrevistas que compõem parte do material da pesquisa, realizada, em 2019, nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, em um período de mais de um mês.

9. Lei no 13.465, de 11/07/2017, na íntegra em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm>. A disposição foi aprovada em meio a polêmicas e críticas. Para mais informações ver texto publicado pela ONG Terra de Direitos em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/10-perguntas-e-respostas-sobre-a-nova-lei-de-regularizacao-fundiar-urbana/22705>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

10. Não são mencionados conflitos, há apenas informações gerais como na frase seguinte: "A área também é considerada complexa, o que torna ainda mais audacioso o desafio de garantir uma agricultura moderna e sustentável". Em seguida, são citados os seguintes dados: existem cerca 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária na região, segundo levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa. As informações estão disponíveis no site da Embrapa: <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

11. Um debate interessante sobre o tema pode ser encontrado em livro recente da socióloga Maristela Svampa, intitulado "As fronteiras do neoextrativismo na América Latina" (2019).

12. Para mais detalhamento sobre o conceito, ver o artigo "Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade", de Carlos Eduardo Mazzeto Silva (2009), disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16407/10887>>. Acesso em: 1o out. 2020

13. Para mais detalhes sobre as notas técnicas da Embrapa, ver: <www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/991059/matopiba-caracterizacao-das-areas-com-grande-producao-de-culturas-anuais>. Acesso em: 25 fev. 2021.



“SEM CERRADO, SEM ÁGUA, SEM VIDA”

Pensando nas interdependências ecológicas e sociais associadas à conservação da natureza e dos modos de vida, a água é um dos pilares centrais da proteção do Cerrado mobilizada pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado – “Sem Cerrado, sem água, sem vida”. O Cerrado é o berço das águas. Água que flui entre as muitas paisagens para alimentar as principais bacias do país – rios Xingu, Tocantins, Araguaia, São Francisco, Parnaíba, Jequitinhonha e Paraná e grandes aquíferos: Guarani, Bambuí e Uruçuí.

Salvo toda a vitalidade que a palavra água possa carregar, o avanço do agronegócio tem levado a sua contaminação, como é o caso da provocada pelo uso de agrotóxicos¹⁴, acarretando sérias consequências à saúde das populações e do ambiente. Além disso, o correr livre dos rios, sem represas, pivôs ou usinas hidrelétricas também tem sido ameaçado pelo avanço do agronegócio a partir de uma exploração em larga escala, no qual o recurso vai perdendo seu caráter de bem comum e se tornando mercadoria, um instrumento de acumulação que tem como pressuposto sua privatização e privação.¹⁵

14. Longe de ser uma situação isolada, o cenário do Matopiba e do corredor Mirador-Mesas faz parte de um contexto que atualmente coloca o Brasil na posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. De acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, entre 2014 e 2017, a água consumida em uma de cada quatro cidades brasileiras continha agrotóxicos. Mais alarmante é o fato de que a informação não é de fácil acesso e só veio à tona em um trabalho de investigação conjunto entre equipes de reportagem da Agência Pública, Repórter Brasil e a organização suíça Public Eye em 2019. Para informações completas: <<https://apublica.org/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-consulte-o-seu/>> Acesso em: 11 de março de 2021.

15. Para maiores informações: <<https://diplomatie.org.br/cerrado-berco-das-aguas-na-rota-devastadora-do-capital/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Foto: Brejo do Miguel - Piauí. Crédito: Andressa Zumpano



Maranhão, Piauí e Tocantins: agronegócio e conflitos socioambientais

O recorte espacial desta pesquisa envolve os estados Maranhão, Piauí e Tocantins e mais especificamente os municípios: Gilbués, Santa Filomena, Bom Jesus (Piauí); Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Carolina, Riachão (Maranhão); Babaçulândia e Wanderlândia (Tocantins).

A região está localizado na área de expansão da fronteira agrícola do Matopiba como anteriormente apresentado. Os municípios envolvidos nesta pesquisa, tais como Bom Jesus do Piauí, Gilbués, Santa Filomena, Balsas e Riachão, são campeões da expansão da soja, com desmatamento extensivo, expulsão de comunidades por meio da grilagem, entre outras formas de violência.

A pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas tem sido crescente, gerando um intenso processo de grilagem e de especulação fundiária, aumentando os conflitos por terra. Entre 2005 e 2014, do total de mais de onze mil localidades onde ocorreram casos de violência no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Municípios esses que compartilham, contudo, os menores Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) do bioma Cerrado.¹⁶ No entanto, não só de baixos indicadores é feita a realidade da região, ao contrário, é abundantemente rica em bens naturais, como coco babaçu e frutas nativas, tais como caju, buriti, bacuri e cajá, cultivadas e colhidas pelas comunidades do Cerrado. A conservação, mesmo frente à expansão dos monocultivos na região, demonstra a importância dos povos e comunidades tradicionais para a garantia e manutenção da diversidade.

Por essa razão, cabe tão bem uma forma plural de se referir — “Cerrados”, em vez de Cerrado, no intuito de garantir visibilidade a essa imensa sociobiodiversidade, que abarca também realidades múltiplas. Esse foi um dos assuntos abordados no livro “Saberes dos Povos do Cerrado e Biodiversidade”, publicado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado no segundo semestre de 2020.¹⁷

16. A base de dados completa pode ser encontrada no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

17. A livro está disponível para leitura e download no site da Campanha: <<https://campanhacerrado.org.br/saberespovoscerrado>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS E OS TERRITÓRIOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Legenda

-  Nascente do rio Parnaíba
-  Principais rios
-  rodovia BR 153 Belém-Brasília
-  **MARANHÃO:** São Raimundo das Mangabeiras (1), Loreto (2), Carolina (3), Riachão (4)
-  **TOCANTINS:** Wanderlândia (5), Babaçulândia (6), Filadélfia (7)
-  **PIAUÍ:** Santa Filomena (8), Gilbués (9), Bom Jesus (10)



Tocantins





METODOLOGIA: CAMINHOS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa abarcou um levantamento bibliográfico sobre a região do Matopiba, bem como a sistematização de bases de dados sobre estrutura fundiária, mercado de terras, produção agrícola e extrativista, desmatamento, áreas de terras indígenas, quilombolas, assentamentos e povos e comunidades tradicionais presentes em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e institutos de terras estaduais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e outros materiais citados ao longo do estudo.

Realizou-se um trabalho de campo com duração de 40 dias pelos três estados, conforme o mapa anterior, com objetivo principal de compreender as di-

nâmicas locais e realizar um processo de escuta com sujeitos, muitas vezes pouco ouvidos nos processos de tomadas de decisão relativos à atuação do Estado sobre o Cerrado brasileiro.

Além disso, o trabalho envolveu uma metodologia de observação participativa, em diálogo com formas de pesquisa engajada que têm se desenvolvido principalmente na América Latina, aproximando movimentos sociais e áreas de pesquisa. Foram cerca de 6 mil quilômetros rodados; atravessando pontes, mata-burros e quilômetros de soja, cruzando boiadas, rios, brejos. A realização dessa pesquisa foi a oportunidade e o privilégio de viver uma imersão nas diversidades locais, comendo feijão trepa-pau e farinha de puba, apenas para mencionar um pequeno pedaço da diversidade alimentar na região,¹⁸ riquezas que são partilhadas e analisadas ao longo desse estudo.

Ao fundo de cada conversa realizada, corujas-buraqueiras espreitavam, anhumas enfeitavam o brejo. Emas tentavam sobreviver no mar de soja do Piauí, veados buscavam o que comer nas chapadas de soja e cana-de-açúcar no Maranhão e no Tocantins, como se avistou em visitas de campo.

A história do Cerrado é a mistura das memórias vivas dos povos que ali habitam. Por isso, neste estudo, o conceito de rememorar também fez parte do percurso metodológico. A história oral, orienta os diálogos, com o objetivo de compreender as muitas atribuições associadas ao Cerrado e aos sertões. Rememorar também é aprender, resgatar a lembrança do passado para entender o presente. As memórias têm também, como em muitos contextos históricos no Brasil e no mundo, o papel de lembrar atrocidades já ocorridas para não as repetir, bem como fortalecer as histórias das comunidades que há tanto habitam e resistem nos Cerrados.

As conversas foram realizadas de forma semiestruturada, assim como os grupos focais, a partir de um eixo conceitual pautado pela noção de sociobiodiversidade, dialogando, desta forma, com as percepções mais frequentes encontradas entre os povos e comunidades tradicionais do Cerrado, como já havia sido possível identificar a partir do histórico de atuação das organizações envolvidas na Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e do levantamento bibliográfico que precedeu a ida a campo. As atividades em campo tiveram como objetivo dar visibilidade aos sentidos de natureza, práticas e de modos de vida a partir das percepções locais. Foram realizados três grupos focais, sendo um em cada estado: Araguaína (TO), Balsas (MA) e Bom Jesus do Piauí (PI). Foram entrevistadas comunidades ribeirinhas, brejeiras, vazanteiras, pescadoras, agricultoras, sertanejas, quilombolas e indígenas.

Para cada grupo focal foi desenvolvida uma metodologia distinta, adequando-se às realidades e composição de cada grupo.

Tocantins

No Tocantins, primeiro estado a ser visitado, ficou evidente que os embates entre os usos coletivos e

As atividades em campo tiveram como objetivo dar visibilidade aos sentidos de natureza, práticas e de modos de vida a partir das percepções locais.

empresariais não cessam. Como relatado na abertura do estudo, foi ali que, logo no primeiro dia de campo, deparou-se com uma ação de despejo na comunidade Ilha Verde, em Babaçulândia.

Tal evento fez com que fosse necessário reestruturar o grupo focal e encurtar o tempo das dinâmicas coletivas. Desta forma, foram realizados dois momentos de trabalho de campo no Acampamento Ilha Verde em setembro de 2019, enquanto nas outras comunidades foi feito apenas um. Do grupo focal do estado tocantinense participaram as comunidades: Acampamento Ilha Verde (município de Babaçulândia); Quilombo Grotão (município de Filadélfia); Aldeia, Serra Curta, Canto de Areia, Ribeirão de Areia, Assentamento Esperantina (município de Wanderlândia); e representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Piauí

No Piauí, foi realizado um grupo focal em outubro de 2019 em Bom Jesus, no qual participaram representantes das comunidades do município de Piripiri, Rio Preto, Melancias (território coletivo composto pelas comunidades Melancias I e II, Riacho dos Cava-

18. A farinha de puba é feita com a mandioca que fica imersa na água alguns dias antes de ser ralada e torrada.



Comunidade São Bento Carolina, Maranhão. Crédito: Andressa Zumpano.

los, Brejo das Éguas) Brejo do Miguel, Salto (território coletivo composto por Salto I e II), Chupé e Lagoa dos Martins, Brejo dos Altos, Morro D'água e Vão do Vico. Exceto Piripiri e Brejo dos Altos, todas as comunidades foram visitadas: Melancias, Brejo do Miguel, Lagoa dos Martins e Chupé, localizadas no município de Gilbués; Assentamento Rio Preto e comunidade Salto, localizadas no município de Bom Jesus; território do Vão do Vico e do Morro D'Água em Santa Filomena.

Os movimentos e coletivos dessa região do Piauí são mais recentes que nos outros estados. Durante o levantamento de dados e no trabalho de campo, foi possível perceber que nos municípios de recorte da pesquisa a chegada e a atuação das instituições e organizações sociais praticamente coincidem com expansão das fazendas de *commodities*. Cabe, porém, ressaltar a exceção da Comissão Pastoral da Terra (CPT), presente na região do sul do Piauí desde 1979.

Maranhão

Aliada às visitas às comunidades, no Maranhão, participaram do grupo focal em outubro de 2019 as comunidades Associação Boa Vista (Loreto), Forquilha (Balsas), São Bento (Carolina), Associação São José (Balsas), Assentamento Alegre (Riachão), Canto do Remanso (Carolina), além de representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STTR) de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Loreto e Comissão Eclesiástica de Carolina – Pastoral de Balsas.

No grupo focal junto às comunidades maranhenses, realizado em Balsas, foi feita uma sistematização relativa ao uso de plantas e seus cultivos, práticas comunitárias tradicionais de extrativismo e os usos de ervas medicinais. Além disso, de forma colaborativa, foi mapeada a presença de rios, nascentes, cabeceiras e córregos, bem como realizado o levantamento de informações sobre conflitos, tais como desmatamento e aplicação de agrotóxico. Além, também, do compartilhamento de estratégias de resistência.



Panorama geral do trabalho de campo

Ao todo, entrevistamos cerca de 40 pessoas e conversamos de maneira sistemática e não-sistemática com aproximadamente 100, entre mulheres, crianças e homens, jovens, anciãs e anciãos.

As entrevistas, realizadas de maneira individual e em grupos focais, tiveram como objetivo principal os debates e compartilhamentos sobre conhecimentos tradicionais do Cerrado, das folhas, frutos e fauna. Os grupos focais, por sua vez, foram compostos por lideranças das comunidades com objetivo de debater, também, as relações estabelecidas entre os modos de vida, as resistências e existências dos povos e comunidades cerradeiros.

Clima e contexto socioambiental dos cerrados

Sobre conceitos geomorfológicos, é interessante analisar como as nomenclaturas se entrecruzam, ora aproximando e ora diferenciando o conhecimento acadêmico e o popular. Para os ribeirinho-brejeiros da comunidade de Melancias no Piauí, o brejo “é uma mata que acompanha a margem do rio. Úmida ou com água. Terra de árvore grande e alta, que cresce muito, é chamada de mata ciliar”.

Matas seriam áreas que não servem para plantio, de inclinação média localizada entre as chapadas e os baixões. Josias, também da comunidade Melancias explica: “Baixão, pra nós, é lá na beira da serra, que faz uma entrada. É o mesmo clima da mata seca. Lá no Brejo dos Cavalos tem uns baixões próximos ao brejo. No baixão é outra terra, é outra espécie de mata. Não tem água igual tem no brejo”. Os baixões

são regiões de baixa declividade e altitude próxima a corpos de água com áreas parcialmente alagadas de acordo com a estação do ano.

Habitados por cerca de 11 mil anos por seres humanos, o Cerrado faz parte da constituição da própria humanidade, uma vez que desde tempos remotos a sociedade vem realizando manejos na região, dispersando sementes, selecionando frutos para se alimentar. Ou seja, a história do Cerrado é também a história de seus povos e comunidades.

Os Cerrados estão inseridos nos domínios morfoclimáticos de chapadões e penetrados por florestas-galerias se estendendo por cerca de 2 milhões de km² (AB’SÁBER, 2003). Enquanto constituição, Ribeiro e Walter (2008) apontam que na região, apesar de haver uma fisionomia predominante, variações da fauna, da flora, do solo e do clima são encontrados localmente associadas a eventos geológicos ou antrópicos, por isso, muitas vezes, a referência no plural, como “os Cerrados”. Tais feições podem ser classificadas em 11 principais fitofisionomias: mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão (grupo de fisionomia florestal); cerrado denso, típico, ralo, rupestre (grupo de fisionomia savânica); campo sujo, campo limpo, campo rupestre (grupo de fisionomia campestre), veredas, parque de cerrado, palmeiral (grupo de fisionomia savânica de cerrado em sentido amplo).

Há duas estações bem definidas: uma estação seca, de maio a setembro; e outra chuvosa, de outubro a abril. A precipitação média anual é de 1500 ± 500 milímetros, enquanto a temperatura apresenta amplitude de 21,3 a 27,2^o C. Apesar de erroneamente consolidada uma visão do Cerrado como um lugar seco, havendo destaque cotidiano nos meios de comunicação sobre a baixa umidade relativa do ar e as queimadas, a pluviosidade média anual é alta e comparável à precipitação amazônica. É este volume de chuvas, especialmente sobre os chapadões (importantes áreas de recarga) que abastece os sistemas de águas subterrâneas do Cerrado.

O clima, a química e física do solo e a disponibilidade de água têm efeitos diretos sobre alterações na vegetação, além de fatores antrópicos, em especial as atividades agropecuárias e queimadas.

Paisagem do Cerrado maranhense



Baixões da comunidade São Bento. Ao fundo, a Chapada das Mesas no Maranhão. Crédito: Andressa Zumpano

O BIOMA MAIS ANTIGO DA AMÉRICA DO SUL

Como diz Guimarães Rosa: *Sertão velho de idade. Porque — serra pede serra — e dessas, altas, é que o senhor vê bem: como é que o sertão vem e volta.* O Cerrado é o bioma mais antigo da América do Sul. Estima-se que tenha 40 milhões de anos, tendo sido formado no período Cenozoico. Para efeitos de comparação, a floresta Amazônica foi formada há 500 mil anos. O Cerrado está, neste sentido, no último estágio do seu processo evolutivo, é um bioma amadurecido, que sabe de sua história, fator que amplia o número de endemismos, mas também dificulta as possibilidades de recuperação das áreas degradadas. Foram catalogados aproximadamente 775 termos e expressões para o Cerrado, demonstrando a enorme diversidade de fisionomias do bioma (WALTER, 2006): brejos, savanas, oreades, nhundú/jundú, caapões, caatanduva, mato-grosso, mata da corda.¹⁹

19. Ver as definições indicadas por Bruno Machado Telles Walter (2006), principalmente no capítulo “Análise histórico-bibliográfica dos termos, conceitos, e sistemas de classificação da vegetação do Cerrado: três séculos de nomes”.

Os indígenas da etnia Gamela, do território do Vão do Vico, Santa Filomena (PI), afirmam que, com a chegada da soja, não foi possível mais criar o gado na solta, já que, segundo relataram nas entrevistas, os fazendeiros e representantes do agronegócio dizem que o gado atrapalha e pisoteia o plantio.



A chapada é definida pela Geomorfologia de Ab'Saber (2003) como “áreas elevadas e planas de cerca de 800m de altitude”.²⁰ É também chamada de “serra” ou “chapada” pelos saberes populares piauienses e maranhenses. Os ribeirinho-brejeiros da comunidade de Melancias afirmam que “nas chapadas não tem o mesmo tanto de água que tem na mata de terra seca”.

Ainda sobre a chapada, a região do platô, o topo da chapada de feição plana é conhecida popularmente como cerrado. As áreas de cerrado são identificadas pela presença, dentre outras, do capim agreste (*Cyperus diffusus*), um dos principais alimentos para o gado criado na solta. O capim agreste está presente nas áreas de serra e chapada e não é encontrado nas áreas de terra seca, ou seja, o capim agreste também diferencia as áreas de plantio das áreas impróprias para plantio.

As definições variam também entre as regiões, como evidenciaram os grupos focais. Para a comunidade Melancias, a área de chapada abrange uma zona maior, de relevos inclinados entre a serra, topo

plano e os baixões. A serra é o local onde os povos e comunidades tradicionais dos Cerrados realizam a caça, o extrativismo e a criação do gado solto, como nas serras do sul do Piauí e, também, no oeste da Bahia.²¹

Os indígenas da etnia Gamela, do território do Vão do Vico, Santa Filomena (PI), afirmam que, com a chegada da soja, não foi possível mais criar o gado na solta, já que, segundo relataram nas entrevistas, os fazendeiros e representantes do agronegócio dizem que o gado atrapalha e pisoteia o plantio.²² Assim, animais e comunidades têm sido encurralados nos baixões para que a soja avance nas chapadas.

Sobre o gado na solta, as comunidades Aldeia e Serra Curta, no Tocantins, relatam também que, antigamente, o gado característico da região era o gado curraleiro, típico do Cerrado, menor e mais resistente, se comparado a raças como o zebu e o nelore. Todavia, com áreas de pastagens nativas mais escassas, há a substituição do gado curraleiro por outras raças e a introdução de vacinas e outros cuidados para os animais menos resistentes ao clima da região.

Brejo do Riozinho, Território Chupe, Santa Filomena (PI)



Registro de campo, nas áreas de brejo, o olho d'água em geral é perene com concentração de palmeiras, em especial o buriti (*Mauritia flexuosa*). Crédito: Andressa Zumpano, 2019

As áreas de gado na solta também podem receber o nome de gerais: Gerais de Balsas, ou até mesmo Serras Gerais.²³ A mudança na designação de algumas serras na região dos Cerrados do corredor Mirador-Mesas demonstra o avanço da ideologia da terra da soja e do discurso o agronegócio no Matopiba. A Serra do Quilombo no sul do Piauí, Serra do Penitente no sul do Maranhão, Serra do Centro entre Tocantins e Maranhão são atualmente designadas pelos nomes dos projetos do agronegócio implementados em tais localidades, como Projeto Batavo, no caso da Serra do Penitente; e a Serra do Centro, que situa o Polo Agrícola Campos Lindos.²⁴

Apesar da relação simbiótica entre o Cerrado e as populações tradicionais, é notória a mudança da paisagem nos cerrados do Matopiba em decorrência de ações antrópicas, em especial nos últimos 20 anos (SILVA, 2019; BARBIERI, 2001). A agricultura em larga escala tem sido o grande fator de impacto, já que a atividade suprime áreas de floresta, mata e agricultura diversificada de subsistência.

20. A altitude pode variar de 2.033m, no Pico do Barbado, na Chapada Diamantina, e chapadas de arenitos da Chapada das Mesas, com 250m de altitude. Informações coletadas em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2079>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

21. Sobre os geraizeiros da Bahia e os problemas enfrentados por tais comunidades tradicionais, ver: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/ribeirinhos-e-fazendeiros-travam-batalha-na-bahia-por-escassez-de-agua>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

22. Tal percepção aparece em todas as comunidades em que foram realizadas entrevistas e que possuem gado na solta.

23. Os Cerrados do Tocantins e Minas Gerais também possuem Serras Gerais.

24. Sobre o Projeto Batavo, inserido dentro do contexto de um dos maiores projetos de avanço da fronteira agrícola e destruição dos Cerrados chamado "Projeto Prodecer", há uma extensa bibliografia sobre o tema, tais como PIRES (1996), RODRIGUES; VASCONCELOS; BARBIEIRO (2009), CIFUENTES (2013) e CASTILHO; CASTRO (2006)



MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS: SOCIOBIODIVERSIDADE, RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

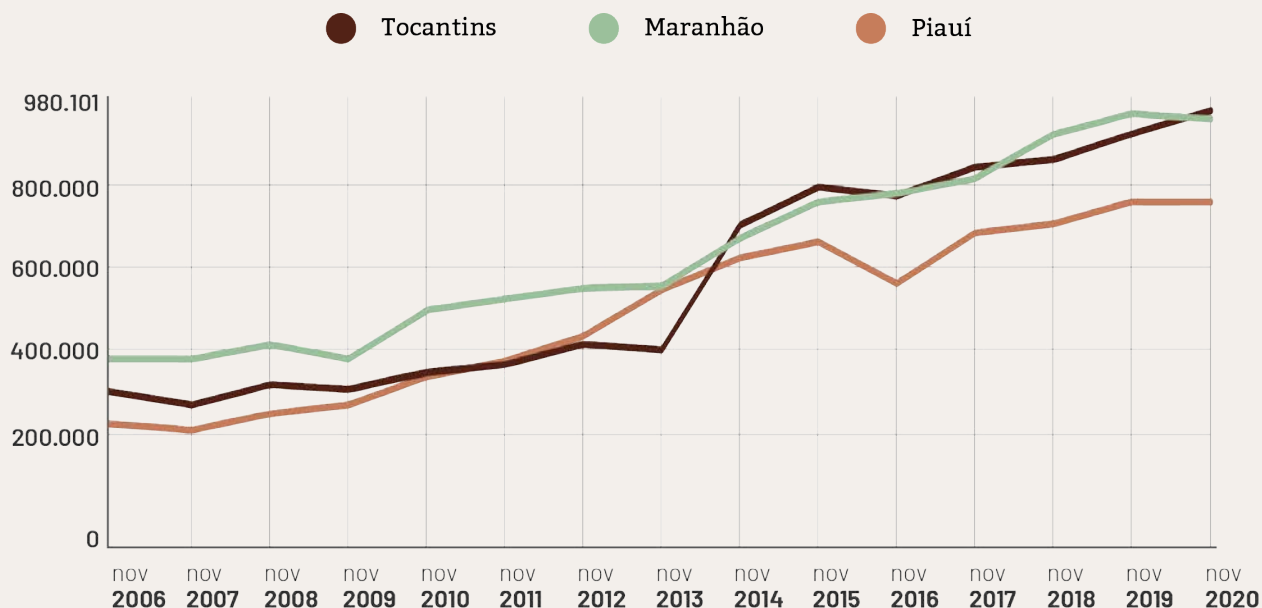
Sob o argumento de que a região do Matopiba e seus cerrados eram pouco povoados, era tido como necessário avançar sobre os “espaços vazios”, justificando a expansão abrupta da fronteira via desmatamento e plantio de *commodities* (HÉBBETE, 2004; MACHADO, 1997; MORAES, 2003).

Sustentando-se sob essa justificativa, o cultivo de soja vem substituindo áreas de produção de alimentos como do arroz, feijão e mandioca, fundamentais na alimentação da população brasileira. O gráfico apresentado ilustra uma série histórica relativa ao aumento da área de soja nos três estados envolvidos na pesquisa. Variável que expressa em números a pressão cotidiana sobre a terra enfrentada pelos povos e comunidades tradicionais do Cerrado.

Estudos de Bernardes (2009), Alves (2015) e Lima (2017, 2019) apresentam a expansão do agronegócio brasileiro para o Matopiba como associada a novos processos de seletividade e especialização produtiva, assim como concentração de riqueza e exclusão social.

O relatório do Greenpeace, lançado em 2018 e intitulado “Segure a linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado”, apontou consequências do processo acentuado de destruição de recursos naturais no Cerrado, “sob formas violentas e com enormes prejuízos para as comunidades que antes dependiam desses mesmos recursos para manter seus modos de vida”. A pesquisa ressaltou também as mudanças aceleradas, decorrentes da chegada de grupos transnacionais e do controle que passam a ter sobre vastos territórios, diminuindo a autonomia e a soberania do país.²⁵

Área de produção de soja em hectares



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Essa reorganização territorial vem provocando uma desagregação das relações de grupos sociais e acirrando disputas entre o agronegócio e os povos e comunidades tradicionais.

Apesar da construção narrativa predominante de incentivo à expansão acelerada do agronegócio, uma análise mais cuidadosa de dados publicados evidenciam que a região do Cerrado não é um “espaço vazio”. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizados pela Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR),²⁶ há na região 506 comunidades quilombolas e 517 comunidades indígenas. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (2018) há nessa região ainda 1.126 assentamentos, com mais de 100 mil famílias assentadas.

Olhando de forma mais específica para os estados nos quais foi realizada a pesquisa e de acordo com os dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI),²⁷ somente no estado do Tocantins, há cerca de 15 mil indígenas, vivendo em 14 Terras Indígenas (TI) em diferentes fases de reconhecimento: Apinayé, Funil, Inawebohona, Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã), Krahô

- Aldeia Takaywrá, Krahó-Kanela, Krahó-Kanela, Kraolandia, Maranduba, Parque do Araguaia, Taego Áwa, Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna, Xambioá, e Xerente. No Maranhão, também, em diferentes fases de reconhecimento, são 23: Alto Turiaçu, Arariboia, Awa, Bacurizinho, Bacurizinho, Cana Brava/Guajajara, Caru, Geralda Toco Preto, Governador, Governador, Kanela, Kanela Memortumré, Krenyê, Krikati, Lagoa Comprida, Morro Branco, Porquinhos, Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, Rio Pindaré, Rodeador, Taquaritiua, Urucu/Juruá, e Vila Real.²⁸ Em 2020, 520 anos após a colonização, foi demarcada a primeira Terra Indígena no Piauí, a Comunidade Serra

25. Relatório do Greenpeace na íntegra pode ser acessado em <<https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/relatorio-segureza-linha/>>. Acesso em: 18 set. 2020. O relatório menciona que narrativas críticas sobre o processo têm sido encontradas em publicações de organizações sociais como Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, ActionAid, mas também são encontradas em trabalhos científicos.

26. O estudo completo está disponível em: <<https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

27. <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

28. Há Terras Indígenas com o mesmo nome.

Grande dos Kariri, processo realizado por meio da legislação estadual.²⁹

Apesar do reconhecimento das TI, o que se identifica é uma completa morosidade nesse processo, tornando ainda mais urgentes as reivindicações fundiárias, como foi observado no Território do Vão do Vico e do Morro D'água em Santa Filomena (PI), que luta para ter sua identidade Gamela reconhecida como parte do resgate da cultura e recuperação das relações de parentescos com indígenas do sul do Maranhão.

Na prática, a demora nos processos de demarcação e homologação dos territórios acaba significando atraso no reconhecimento de um direito originário à terra. Esse direito à reprodução da pluralidade de modos de vida tradicionais é garantido pela Constituição Federal — resultado das lutas indígenas e quilombolas —, pela legislação complementar e pelas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil e integradas em nosso quadro jurídico. O Decreto nº 6040/07, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e definiu no Art. 3º “Povos e Comunidades Tradicionais” como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No caso de territórios das populações afrodescendentes, há no Tocantins 45 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), 790 no Maranhão e 88 no Piauí. Ao analisarmos de forma específica os municípios associados ao recorte da pesquisa, constatamos não haver sequer uma comunidade quilombola certificada pela FCP. Isto, contudo, não diz respeito à ausência de quilombolas.

Ao contrário, o que a pesquisa nos mostra é como esse povo é parte integrante do cotidiano do Cerrado e dessas localidades, por meio de suas práticas culturais, agrícolas, religiosas e extrativistas.

A partir do trabalho de campo, nota-se que há conexões de parentesco entre famílias do Assentamento Rio Preto, Brejo do Miguel, Vão do Vico, Melancia, Salto e Morro D'água, conectando via laços de afetividade o Vale do Uruçuí Preto e Uruçuí Vermelho no Piauí. Famílias da Ilha de Balsas, localizada em São Félix de Balsas, migraram e ocuparam Loreto, e são assentadas na Associação Boa Vista, no Maranhão. Os quilombolas do Grotão já fizeram morada em outros territórios, como Babaçulândia e norte do Tocantins. Nas migrações, é possível ver que andanças das famílias acontecem em múltiplas escalas, local e regional (LIMA, 2019; ALVES, 2015).

Francisco, indígena Gamela, de Santa Filomena (PI), afirma que a “metade dos índios do Uruçuí Preto estão aldeados no território Tocantins e no sul do Maranhão”. A partir de visitas a cemitérios das comunidades e relatos das pessoas mais antigas, estima-se que as comunidades visitadas no sul do Piauí estão há pelos 100 anos na região. Em algumas comunidades, como Salto, é possível inferir a partir dos relatos das mulheres e homens mais velhos da comunidade que suas famílias e seus ancestrais estão na região há cerca de 300 anos.

Não é apenas a questão dos modos produtivos que está em disputa, mas o uso do território e o acesso à terra. Por esta razão, registros e pesquisas de cunho histórico, antropológico e interdisciplinares, bem como em outros formatos e perspectivas a partir da história oral, são fundamentais para documentação e construção de memória sobre a ocupação dos povos tradicionais no Matopiba e no Cerrado.

29. Para informações detalhadas: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/11/como-o-piaui-driblou-a-uniao-e-demarcou-sua-primeira-terra-indigena>>. Acesso em: 9 fev. 2020.



TEMPOS MUITOS: COMO PASSADO, PRESENTE E FUTURO SE ARTICULAM NO CERRADO

Ao longo do trabalho de campo, nos deparamos com múltiplas identidades e modos de vida: assentados, acampados, agricultores familiares, brejeiro, brejeiro-ribeirinha, geraizeiro, indígena, lavrador, faturão, pescador, quilombola, sertanejo.

A noção de “tradicional” aparece como uma reivindicação em forma de autodefinição coletiva. Antes de serem interpretados como “povos ou comunidades tradicionais”, eles aparecem envolvidos num processo de construção do próprio “tradicional” a partir de mobilizações coletivas e conflitos. Desse ponto de vista, além de ser do tempo presente, o “tradicional” é, portanto, social, coletivo e politicamente construído, a partir de uma classificação empírica, fruto da existência localizada desses,

chamados, novos movimentos sociais vinculados à terra (THUM, 2017). A partir de suas atividades com a natureza e o território, os grupos vão se constituindo e organizando-se em distintas categorias, sejam elas reconhecidas pelo Estado ou não.

Quilombolas³⁰ são grupos de afrodescendentes que se autodeclaram a partir de seus laços com a terra, que além de garantir a subsistência do grupo, tem im-

30. O Decreto no 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

portância histórica e cultural, pois é a terra a responsável pelas transmissões dos valores éticos e morais, dos conhecimentos definidos pelas manifestações, pelas tradições e pelo respeito à ancestralidade.³¹

Tanto para os indígenas quanto para os quilombolas, a questão da terra enquanto um lugar de saberes e tradições é primordial. Os distintos relatos coletados nas comunidades indígenas e quilombolas reiteram o que é pertencer a um determinado território. Nesses termos, expulsões das comunidades se tornam ainda mais violentas ao fragmentarem a relação com o lugar onde estão enterrados os antepassados, que se fazem presentes nas histórias, nas práticas e memórias; lugares que guardam o sagrado de cada povo e comunidade e que são parte da existência e resistência cotidiana.

Camponeses e camponesas também constroem suas identidades em referência ao seu lugar de pertença e à polissemia que o termo camponês abriga. Conforme explicou Cinésio,³² do assentamento Esperantina, localizado em Wanderlândia (TO), existe, contudo, um profundo processo que invisibiliza esse modo de vida. O camponês ou farturão, como se auto-identifica, chama atenção ainda para a relação estabelecida entre existência dos povos e a terra, o que, por sua vez, reivindica novas categorias e refuta a tese sobre o “vazio ocupacional” do Cerrado, anteriormente referida:

Nós não existimos. Eu nasci e me criei aqui e aqui fiquei [no Assentamento Esperantina]. O que sei fazer é plantar e colher. Eu não tenho uma profissão, assim de pedreiro, não sou um mercante. Como pequeno produtor, eu sou chamado de farturão. E aqui é que eu tenho que ficar.

O abismo do reconhecimento vivenciado no Cerrado, e presente nas palavras do farturão, se aprofunda quando analisamos os investimentos ao agronegócio. De um lado, temos a invisibilização de modos de vida, enquanto evidenciamos uma crescente de cifras que fortalecem a agricultura monocultural, baseada em agrotóxicos, transgenia e grilagem de terras.

DISPARIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO NAS “AGRICULTURAS”

A título de exemplo, em julho de 2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) anunciou um montante de R\$ 236,3 bilhões para o Plano Safra 2020-2021, argumentando a necessidade de maior investimento para manutenção de produção e distribuição de alimentos no contexto da pandemia. Contudo, o investimento para a agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebeu o montante de R\$ 33 bilhões.

Embora em um contexto de relações desiguais, é importante destacar a existência das cooperativas agroextrativistas surgidas na década de 1980 na região em estudo, nas quais, agricultores e extrativistas se dedicam à coleta, beneficiamento e comercialização de frutos do Cerrado, plantas medicinais e outros produtos. É o caso da Cooperativa Agroecológica Pela Vida de São Raimundo das Mangabeiras (MA), da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Loreto (MA), da Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativista Ambiental do Vale do Riachão (MA) e da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carolina (MA).

Essas cooperativas e associações representam uma lógica de reprodução da vida a partir de dinâmicas coletivas e de usos dos bens comuns de forma justa social e ambientalmente. Estão baseadas em relações de respeito e reciprocidade com a natureza, de tal forma que a manutenção delas significa a própria permanência e sobrevivência das pessoas e comunidades envolvidas. É uma dinâmica oposta ao monocultivo do agronegócio e à extração em larga escala implementada por megaprojetos, pois depende da continuidade e manejo dos recursos ambientais, em vez de se apoiar em uma exploração acelerada e que desapropria as pessoas que vivem nos territórios.

Ao contrário disso, as práticas campesinas ou aquelas desenvolvidas por gerações pelos povos e comunidades tradicionais, como a rotação de cultura, as roças de toco, a combinação entre espécies nativas e alimentares, os sistemas de irrigação e cuidado do solo, se apoiam na conservação da biodiversidade e no enriquecimento dessa combinando culturas e agriculturas.

Como exemplo de produções a partir dos territórios, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bezerra de Moraes (ABM), que abarca 14 famílias, do Povoado Solta – Zona rural, 65 km, município de Carolina (MA), produz mel comercializado nas praças de cidade Carolina e Balsas (MA), assim como polpas de frutas.

Já a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda, localizada no norte do Tocantins, produz polpas de frutas, mel e medicamentos fitoterápicos. A comercialização acontece no mercado local, principalmente em feiras municipais de Araguaína e Wandlerlândia. A diversidade de produtos está associada ainda à combinação de sistemas produtivos, como roças, quintais, hortas, sistemas agroflorestais e coleta frutas nos cerrados, além de atividades de beneficiamento envolvendo pequi, bacuri, buriti, bacaba, mangaba juçara e babaçu. Dos medicamentos fitoterápicos, se destacam as polpas de cupuaçu, bacuri e babaçu. Também é comercializado um composto de mel com pólen e sabonetes de aroeira, barbatimão, alecrim e outros produtos medicinais do Cerrado.

As entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa trouxeram à tona a presença constante da hereditariedade das tradições nos relatos – principalmente no que diz respeito às formas históricas e sustentáveis de extrativismo, bem como de plantio. É o caso dos cultivos praticados na vazante de brejos e rios e da riqueza da biodiversidade agrícola, sendo possível encontrar mais de 20 variedades apenas de mandioca. A diversidade de narrativas, práticas e de contextos vividos pelas pessoas entrevistadas ilustra a pluralidade de olhares e vivências, como as sementes que brotam e alimentam os povos do Cerrado.

As sementes de que se fala aqui são o oposto daquelas impostas por corporações que lucram com o avanço do agronegócio. Em vez de homogeneizar, destruir a terra e o Cerrado como um todo, causando dependência financeira, as sementes tradicional-

mente reproduzidas e guardadas pelas comunidades nos territórios visitados, também conhecidas como sementes crioulas, garantem a diversidade dos alimentos e grande valor nutricional, bem como a autonomia dos povos, além do direito de memória e de ampliação dos saberes tradicionais.

As diversidades que compõem o Cerrado também podem ser percebidas no uso de plantas medicinais. Nas regiões de solos arenosos latossolos amarelos e cambissolos, a aroeira, vegetação comum do Cerrado, não se desenvolve, requerendo a identificação pelas comunidades de outras espécies que possam ter os mesmos usos, a saber a produção de remédios caseiros para reumatismos e cicatrizações.

Usos tradicionais, manutenção e reprodução da biodiversidade

Luzia, liderança do quilombo Grotão, localizado no município de Filadélfia (TO), afirma que para ela o “Cerrado é tudo, é vida, é o que segura a água”. Enquanto uma das assessoras do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) complementa: “Sem a água não há como existir os outros elementos”.

Nesses termos a imensidão das águas do Cerrado aparece como uma aliada dos povos e das comunidades tradicionais e da diversidade dos frutos, tão mencionados em todas as entrevistas e grupos focais — açaí, jussara, caju, cajuí, buriti, puçá, coco babaçu, jatobá, murici, mangaba, buritirama, bacaba, oiti, pau-pombo, tucum, anajá, melancia da praia, garopá, ganapu, marmelada, remela de velho, crista de galo, flor de veado, araticum, broto da raposa, rasteiro, broto da quaresma, dente de raposa, abacaxi de raposa, caju de janico, baru.

31. Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas: “A palavra quilombo é originária do idioma africano quimbundo, que significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupo étnicos desenraizados de suas comunidades.” (...) “O Território de Remanescentes de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afrodescendente no Brasil, fruto das várias e heróicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica.” Mais informações em: <<http://conaq.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

32. Em memória.

Dentro de cada designação de frutos cabem ainda variações, como explicou o senhor Paulo, do território Chupé, Santa Filomena (PI). Segundo ele, há três tipos de puçá: o preto, o laranja, e o mais esverdeado. As relações agroecológicas e sociais são reiteradas por Elisa, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Loreto: “Somos do Cerrado, somos parte da terra”.

Esse sentido de conexão aparece associado à trajetória de vida de pessoas, famílias e das comunidades visitadas. A fala de Letícia, em relação à sua vivência nas proximidades das águas, no Acampamento Ilha Verde, Babaçulândia (TO), também ilustra essa realidade:

Antes de ir para o Ilha Verde, meu pai morava numa fazenda do meu avô, chamada Canto Grande, na beira do rio Arraia. Depois, mudamos para o centro de Babaçulândia, mas o meu pai sempre trabalhou em vazante, na beira do rio Corrente; minha mãe sempre pescando... eu fui criada sempre na beira do rio.”

Um relato semelhante foi compartilhado na comunidade Vão do Vico, no sul do Piauí, combinando práticas indígenas e sociobiodiversidade:

Nós tudinho aqui sabe bater flecha aí na água, pescar de flecha. Meu pai falava que o pessoal de antes já fazia assim, que não tinha arma de fogo. Tem a flecha e tem o *espetão* de um metro e um metro e meio. Então o que é que fazia? O *espetão* era pra caça mais selvagem né? Então corria e pegava... quem tinha a mão certa acertava e, quem não tinha, perdia. Vai da prática né? E na pesca também, porque eram poucos que sabiam pescar de anzol, né?!

A diversidade não é apenas sobre os bens comuns, mas do uso deles. Um exemplo é o buriti, uma palmeira muito encontrada nos brejos — assim como o babaçu, árvore-mãe das comunidades de quebradeiras de coco babaçu³³ —, do qual se aproveitava tudo, palha, folhas e fruto. O caule das folhas, leve e resistente, pode ser utilizado para construção de móveis e artesanatos. O “olho” do buriti possui uma fibra utilizada para artesanato e confecção de obje-



O “olho” do buriti possui uma fibra utilizada para artesanato e confecção de objetos. Do fruto, é possível fazer doces, caldos, sucos e extrair óleo.

tos. Do fruto, é possível fazer doces, caldos, sucos e extrair óleo. O buriti anuncia áreas alagadas e, logo, a presença de água, e somente a “palmeira mulher” transforma as flores em frutos. O buriti também é conhecido como coqueiro buriti, buritizeiro, miriti, muriti, muritim, muruti, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu e carandaí-guaçu.

Entre as riquezas do Cerrado, destacam-se as plantas medicinais. Durante o trabalho de campo, foi possível identificar nas comunidades visitadas: ipês, sucupira, caju de janeiro (presente somente na mata ciliar), inharé, craíba (ou caraíba), algodãozinho, tatarema, pequi, gonçalaves, açafrao, paratudo, canela de velho, mangabeira brava (patari), unha de gato, barbatimão, jurubeba (galobeira), batata de pulga, paulista, tiriri do cerrado, embaúba, assa-peixe, sucupira, mucuriba, pindaíba, carrapicho de ovelha, pimenta de macaco, urucum (sangra d’água), velame, alecrim do campo, moreira, pedregoso, vassourinha, vereda, melosa, aroeira, angico.³⁴

Grande parte da medicina do Cerrado é proveniente dos troncos das árvores tortuosas. É muito comum encontrar receitas medicinais que envolvem curtir pedaços da casca de árvores em água, cachaça ou vinho.

Em 2009, o estudo “Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas Kalunga e Urbanas, no nordeste de Goiás”, da autora Natália Prado Massarotto, apontou 358 espécies nativas do Cerrado utilizadas pelas comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) para o tratamento e cura de enfermidades.³⁵

O Cerrado oferece raízes, cascas, óleos e folhas que são há séculos manipulados pelos povos e comunidades tradicionais para o tratamento e cura de enfermidades do corpo e espírito. Esse conhecimento é passado de forma oral, de geração em geração. A continuidade desse processo depende, dessa maneira, tanto da manutenção da diversidade de espécies como da permanência dos povos do Cerrado e do respeito a seus modos de vida.

Além das diversas plantas medicinais utilizadas pelas comunidades, há outras formas de cura.³⁶ Os relatos de Luiz e Francisco, do território Vão do Vico, Santa Filomena (PI), revelam a profunda relação entre fé e agricultura. Eles narraram práticas como a do controle de pragas e de doenças nas roças e a cura de animais por meio de rezas, que misturam ancestralidade e tamanha atualidade:

Na minha roça mesmo, aqui e acolá, ainda usa [simpatia, reza] para acabar com lagartas. Não perde, não! Aqui é o seguinte: quando você tem aquela coisa, você tem que praticar. O que vale é a prática e a fé. Se você não praticou aquilo ali, então o que você sabe não serve de nada.

As benzedeiras e benzedeiros tiram quebranto, curam picada de cobra³⁷ e “arca caída”.³⁸ As rezas e ladainhas agradecem a chegada da saúde, de obstáculos vencidos, de um pedido conquistado, homenageiam falecidos e cuidam da alegria das crianças e nascidos.

Quando perguntados sobre mais detalhes desses rituais, os entrevistados mencionados afirmaram que não se pode explicá-los em qualquer situação, pois isso significaria uma espécie de profanação de seu poder, o qual deve ser invocado somente nas horas de necessidade, ou “precisão”. Não se trata, portanto, de um conhecimento que possa ser explicado a partir de uma observação e de entrevistas realizadas em curto período.

Das rezas para roças, foi possível identificar variados sistemas produtivos, que combinam distintas práticas agrícolas e de coleta com os processos locais — ou seja, aqueles desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais, que possuem, a cada lugar, modos diferentes e/ou adaptados de cultivo.

O conceito da sociobiodiversidade aparece aqui novamente, agora no contexto das atividades produtivas, agrícolas e extrativistas dos povos do Cerrado. Formas de produções que conformam um sistema integrado, constituído por interdependências e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, beneficiamento a distribuição, comercialização e consumo, que carregam identidades culturais e incorporação de valores e saberes locais, assegurando a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios.³⁹

Esta noção situa, ainda, uma disputa de discursos e paradigmas. A diversidade dos sistemas produtivos respeita não só as diferentes feições paisagísticas e suas condições edafoclimáticas como também a história de cada povo e comunidade do Cerrado.

33. Para mais detalhes: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6276/4809>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

34. Para conhecer publicações sobre esse tema, acessar: <<https://museucerrado.com.br/fitoterapia-do-cerrado/>> e <https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_agrobio/_publicacao/89_publicacao01082011054912.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

35. Especializado em plantas medicinais pela Universidade Federal de Lavras, Marcos Guião afirma sobre o Cerrado: “É um dos biomas mais antigos do planeta, por isso acredito que seja o que tem o maior número de espécies de uso medicinal. Costumo dizer que o Cerrado é a maior farmácia de plantas medicinais do Brasil”. Referência retirada de texto da WWF sobre curso de plantas medicinais. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?71422/Cerrado-a-farmacia-verde-do-Brasil>. Acesso em: 28 out. 2020.

36. Vale ressaltar que o uso de plantas medicinais e dos saberes tradicionais das benzedeiras não exige da necessidade e acesso à medicina alopática e ao Sistema Único de Saúde.

37. A comunhão entre fé e agricultura está também presente em outros povos e comunidades tradicionais da América Latina. Referência interessante sobre curas para picada de cobra pode ser encontrada no filme gualtemalteco *Ixcánul* de 2015, dirigido por Jayro Bustamante.

38. Refere-se a uma doença que causa fortes dores no peito e no corpo.

39. Mais informações em: <<https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/sociobiodiversidade>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Reza do Assentamento Alegre para Nossa Senhora de Aparecida



Reza tradicional do Assentamento Alegre para Nossa Senhora de Aparecida em agradecimento a preces ouvidas, saúde e cumprimento de promessa à Santa em outubro de 2019. Crédito: Andressa Zumpano (2019).

A sociobiodiversidade dialoga com a agroecologia, presente como teoria e prática e incorporada aos modos de vida dos povos e comunidades do Cerrado. Esse saber está registrado em documentos, como na Carta da Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA):

(...) Agroecologia a partir da garantia do acesso à terra através da reforma agrária e da regularização e demarcação dos territórios indígenas e comunidades tradicionais, para que seja possível a produção de alimentos saudáveis, que garantam a segurança alimentar e nutricional e que respeitem as diversas culturas e o conhecimento popular construído através de uma relação equilibrada entre os seres humanos e a natureza, assim como a conservação da biodiversidade e a defesa dos nossos biomas, da nossa Casa Comum.⁴⁰

Em um dos locais visitados durante a pesquisa, o Projeto de Assentamento (PA) Alegre em Riachão (MA), vivem 42 famílias que cultivam alimentos va-

riados para seu sustento e comercialização, como abóbora, mandioca, melancia, feijão, fava, arroz, hortaliças, milho, banana e criam também pequenos animais, como galinhas, porcos e bodes.

A trajetória do PA Alegre envolve dezessete anos de luta e produção, e desde o começo da ocupação, em 2003, a orientação da base produtiva das famílias é a agroecologia. Combinam trabalhos coletivos por meio de mutirão, praticados, por exemplo, no plantio, na limpa e colheita do arroz, no plantio, colheita e beneficiamento da mandioca, e, sobretudo, na produção de farinha; coletividade presente também nos momentos de comercialização. Todo os anos, realizam a festa da colheita,⁴¹ celebração religiosa de agradecimento dos frutos do trabalho e da terra.

O PA Alegre possui uma casa de beneficiamento de farinha de mandioca, com produção anual de mais de 40 toneladas. Além desse produto, é beneficiada ainda polpa de frutas, que totalizam aproximadamente 800 Kg/ano. A comercialização é feita no Programa Nacional de Alimentação Escolar

(Pnae),⁴² nas feiras livres, nos comércios locais e na Rede Mandioca.⁴³ Outra novidade do PA de Alegre é um evento de troca de saberes e sabores com outras comunidades para valorizar as experiências de produção agroecológica e promover o intercâmbio de conhecimentos, mobilizando também a juventude.

Essas formas de reprodução e partilha de conhecimentos, baseadas na agroecologia, são fundamentais para a compreensão do aspecto de resistência das comunidades e experiências narradas ao longo desta pesquisa. A realização de mutirões, por exemplo, faz parte de práticas coletivas em diversas comunidades visitadas, assim como as sistematizações de saberes, os ensinamentos de receitas, manejos e cuidados com a terra, a partir da história oral. Aspectos esses lidos mais recentemente como parte de uma economia feminista, especialmente no contexto da América Latina.

Pensando na biodiversidade do Cerrado e nas combinações com a agricultura e o extrativismo, as abelhas são fundamentais na polinização e na riqueza da flora. É possível encontrar grande diversidade de abelhas em algumas das comunidades do corredor Mirador-Mesas, principalmente no Tocantins e no Piauí: tiúba, jataí, amarela, mane de abelha, tubi bravo, tataíra, borá, uruçú, mangangá, limãozinho, abelha solitária.

Assim conta Francisco Gamela, do território do Vão do Vico, Santa Filomena (PI):

Abelha ainda tem muito. Esse ano nasceu um bocado de mel. Tirei mais de 40 litros de mel. O mel é tirado das madeiras do Cerrado, é florada de Cerrado. Nós tiramos na mata, na natureza. A gente não as explora, nem coloca o fogo.

A apicultura está associada à combinação de diferentes práticas produtivas, realizando, assim, a integração nos agroecossistemas. Além disso, ela é tida como muito vantajosa, pois necessita de pequena área para instalação, possui um baixo investimento inicial, aumenta a produtividade da agricultura por meio da polinização, e, ainda por cima, possibilita a obtenção de vários produtos, como mel, própolis, cera, pólen, geléia real, apitoxina, abelhas rainhas,

enxames e crias.⁴⁴

Na Associação dos Apicultores de Wanderlândia e Região (Apiwar), no Tocantins, os associados produzem mel que é comercializado no mercado local. Além disso, por meio da agricultura familiar, produzem alimentos, como feijão, mandioca, milho, melancia, abacaxi, coco verde, verduras e folhas. Atualmente, a Apiwar trabalha para que os associados façam a certificação participativa para obtenção do selo de orgânico.

As entrevistas, grupos focais e a vivência nas comunidades relatadas na pesquisa apontam para a vitalidade e a possibilidade de fortalecimento de agroecossistemas autossuficientes, diversificados e viáveis economicamente, que combinam formas de agricultura praticadas por gerações pelos povos e comunidades tradicionais desenvolvidas em convivência com o Cerrado.

40. Mais informações em: <<http://www.apato.org.br/carta-do-50-encontro-tocantinense-de-agroecologia/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

41. Festa da colheita é realizada anualmente como festejo de São João Batista (festas juninas), no qual as comunidades oferecem parte da produção, cozinham comidas típicas e partilham a fartura produzida.

42. O Pnae sofreu drásticos cortes após a aprovação em novembro de 2019 do Projeto de Lei nº 5695. No entanto, entrevistas no Assentamento Esperantina (TO) revelaram que os cortes e falta de pagamentos já eram uma realidade em setembro de 2019. Assentados perderam toda a produção de banana, milho e outros produtos que seriam entregues ao programa. Ver: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139597>> e <<https://contrafbrasil.org.br/noticias/contraf-brasil-repudia-desmonte-do-pnae-que-coloca-em-risco-a-merenda-escolar-28df/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

43. A Articulação Estadual da Rede Mandioca, surgiu em 2003 com apoio da Cáritas e está presente em aproximadamente 80 municípios do estado, com mais de 100 associações e cooperativas participantes. A Rede Mandioca participa a nível federal da UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária do Maranhão. Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=9w1f6dWKsoY>, <<https://redemandioca.wordpress.com/>> e <<http://ma.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/category/rede-mandioca/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

44. Estudos recentes têm demonstrado, contudo, os impactos dos agrotóxicos sobre os polinizadores em geral e as abelhas melíferas em específico. Para acessar o estudo na íntegra, acesse: <<https://navdanyainternacional.org/pt-br/publications/abelhas-agrotoxicos/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



MULHERES E CERRADO

Uma das disputas relacionadas ao território — pensando aqui o corpo como o primeiro território que se habita —, é relativa à questão de gênero. Ao longo das últimas décadas, foram travadas diversas lutas das mulheres por emancipação, direitos e liberdade. As mulheres pertencentes aos povos e comunidades tradicionais do Cerrado, principalmente denunciando as violências e desigualdades de gênero no campo, também construíram as suas histórias e lutas: acesso à documentação e, portanto, reconhecimento de direito como cidadãs; direitos previdenciários; sindicalização; participação política; direito à terra e território; reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo da mulher; direito a um ambiente saudável; e a uma agricultura sustentável e ecológica (SANTOS, 2019).

Nesse sentido, as mulheres têm se tornado protagonistas, tanto nas denúncias da chegada de projetos de destruição de modos de vida quanto na cons-

trução e manutenção de formas de resistência, em resposta a modelos de exploração, que reinventam a colonialidade a cada ciclo, econômica e discursivamente (CASTRO, 2019).⁴⁵

Em reunião realizada com aproximadamente 20 mulheres da comunidade de Melancias, no município de Gilbués (PI), como parte da pesquisa de campo deste estudo, foi possível perceber a união das mulheres e seu profundo conhecimento sobre o território, além do protagonismo que possuem no extrativismo sustentável e feito de forma justa do babaçu, do pequi, do muruci e da bacaba.

45. Referência ao texto "O desastre do modelo de mineração: O que virá após Brumadinho?", publicado no Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-desastre-do-modelo-de-mineracao-o-que-vira-apos-brumadinho/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Coco “Codói” da Dona Hermínia, comunidade São Bento (MA)



Sobre o coco codói, não se identificou registros na literatura sobre Cerrado ou sobre palmeiras e arbustivas correspondentes ao fruto observado em campo. Crédito: Andressa Zumpano (2019).

Na comunidade São Bento, no município de Carolina (MA), Dona Hermínia nos apresentou o coco “codói”, uma das riquezas escondidas do Cerrado, cultivado no quintal de sua casa. Dona Maria, é a presidenta do Sindicato de Santa Filomena (PI); Luzia é uma das principais lideranças do quilombo Grotão, Filadélfia (TO); e Ângela é a voz que representa e reverbera as lutas da comunidade Salto, no Piauí. Elas são apenas alguns exemplos de diversas mulheres que encontramos ao longo da realização desta pesquisa em diferentes posições de liderança e de guardiãs de tradições.

Ao longo deste estudo foi se evidenciando que as mulheres são as principais responsáveis pela produção de alimentos para a família, através do cuidado das hortas, dos quintais produtivos e do preparo dos

alimentos. No campo dos cuidados, são encarregadas pela educação e transmissão do conhecimento entre gerações. Nas comunidades que possuíam escolas, como as de Melancias (PI), Aldeia (TO), Esperantina (TO) e Serra Curta (TO), as mulheres eram, ainda, as professoras.

Apesar das diversas tarefas e jornadas que as mulheres desempenham, os homens e grande parte da sociedade ainda tratam o trabalho feminino, sobretudo o doméstico, como mais leve, menos penoso, como foi relatado em campo. De forma ampla, é possível analisar que esta percepção está alinhada com formas de hierarquização criadas e reproduzidas por meio de um modelo econômico e social pautado em relações patriarcais, que historicamente relegou o trabalho reprodutivo à invisibilidade.⁴⁶

Mulheres cerradeiras: lutas e garantia do bem viver

Um importante marco para as mulheres do Cerrado foi o I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado, realizado em 2019 e que teve sua segunda edição, ainda que *online*, em 2020. Já na carta do Encontro de 2019, as mulheres afirmam:

Nós somos as guardiãs do Cerrado e dos saberes populares que herdamos de nossos e nossas ancestrais. Por toda nossa história, lutamos para que nossa cultura e modos de vida resistissem. Unidas na nossa diversidade, afirmamos aqui que o Cerrado brasileiro tem cara de mulher! Essa mulher é resistente, resiliente, negra, indígena, quilombola, feminista, camponesa, assentada e acampada, sem-terra, atingida por barragens, sertaneja, pescadora, vazanteira, LBT+, assalariada rural, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha. O Cerrado é um mosaico de vidas e biodiversidades. É berço das águas do país e seus campos

*e florestas são os lugares que nos alimentam. Nós, mulheres, que sempre garantimos o bem viver de nossas famílias, sentimos as consequências da restrição de água de forma mais profunda.*⁴⁷



Algumas mulheres vão se formando em processos de organização comunitária e resistência aos avanços da grilagem sobre seus territórios, politizam-se e constroem papéis de liderança na ocupação dos espaços privados e políticos dentro das comunidades. Não parece ser um processo fácil, porque ocorrem rupturas no modo de vida pessoal, familiar e coletivo. As mulheres que nascem e renascem neste processo político das lutas feministas e socioambientais dificilmente voltam a ocupar os mesmos lugares de antes, os novos papéis assumidos muitas vezes são incompreendidos ou rechaçados (SANTOS, 2019).

46. Mais informações sobre isso podem ser encontradas em repositórios, como a Biblioteca da ONG Pacs: <<http://pacs.org.br/publicacoes-2/>>. Outras referências sobre Agroecologia, a partir das perspectivas das mulheres, no texto da pesquisadora Natália Almeida: <<https://medium.com/@natialsouza/agroecologia-uma-hist%C3%B3ria-escrita-por-mulheres-4b9990277ffe>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

47. <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Carta-de-Luziania.-16.06.19.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



INFÂNCIA E JUVENTUDES CAMPONESAS

A permanência dos jovens nas comunidades é uma questão desafiadora. As oportunidades de permanência acabam, muitas vezes, sendo solapadas por uma visão econômica e política que privilegia o monocultivo e trata o Cerrado como um lugar vazio, pobre e, assim, sem perspectivas para as juventudes.

Nas comunidades visitadas no sul do Piauí, as crianças não têm acesso a todos os níveis de ensino e falta transporte para ir para a escola. O fechamento das escolas no campo⁴⁸ é apontado como forma compulsória do esvaziamento das comunidades, como se observou em Wanderlândia (TO), Santa Filomena (PI), Gilbués (PI). A juventude de Chupé, em Santa Filomena (PI), precisa deixar seu território para ir estudar nas cidades. Em muitos casos, as mulheres também saem para acompanhar os filhos.

Há ainda situações em que sequer há escolas.

É o caso da comunidade do Vão do Vico, município de Santa Filomena (PI), onde a localidade de ensino mais próxima dista cerca de quatro quilômetros e atende somente o ensino fundamental.

Os relatos colhidos durante a pesquisa apontam problemas constantes com o transporte escolar e como isso dificulta a garantia da frequência das crianças nas escolas. Em Chupé, também no município de Santa Filomena (PI), durante a pesquisa de

48. Entre 1996 e 2018 foram fechadas aproximadamente 80mil escolas do campo, de acordo com os dados do FINEP. Em Wanderlândia, visitou-se a Escola Municipal Criança Esperança, no Assentamento Estrela que está correndo risco de fechamento. Para informações sobre as escolas rurais e seu fechamento no Brasil ver: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-brasil-perdeu-suas-escolas-rurais/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



Comunidade Chupé, Santa Filomena - Piauí. Crédito: Andressa Zumpano

Em 2019, 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola no Brasil, segundo dados da UNICEF.

campo, inclusive, os estudantes estavam sem transportes para levá-los até a escola. Uma criança da comunidade, de nove anos, contou que ia e voltava de bicicleta para a escola, percorrendo uma distância de cerca de dez quilômetros. Com as altas temperaturas da região, ela já chegou a desmaiar e ter dores de cabeça por causa do exaustivo trajeto que conta com relevo acidentado, estradas de areia e chão batido.

No município de Gilbués (PI) na comunidade Barra da Lagoa, Célia conta as dificuldades com o transporte escolar: “O ônibus não para aqui, não

pega menino daqui não [...] a gente leva e busca de moto”. Em função do custo do transporte que não é garantido e recai no bolso das famílias e do tempo gasto diariamente para buscar e levar os filhos à escola, muitas famílias acabam migrando para a cidade, o que acarreta o mencionado esvaziamento das comunidades.

Esses casos também ajudam a compreender números de evasão escolar. Em 2019, 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola no Brasil, segundo dados da UNICEF.⁴⁹ A exclusão afeta principalmente as camadas mais vulneráveis da população, já privadas de outros direitos. Trata-se de não cumprimento de um direito básico, garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu capítulo IV.⁵⁰

49. Maiores informações em: <<https://www.unicef.org/brazil/educacao>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

50. O Estatuto na íntegra está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.



CONFLITOS E AMEAÇAS AO CERRADO E SEUS POVOS

Indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, brejeiros, pescadores do Cerrado, estão lutando pelo reconhecimento de seus territórios e enfrentando a intensificação do processo de apropriação de terras por empresas nacionais e estrangeiras, especialmente após 2008.⁵¹

Ao analisar as políticas públicas fundiárias e de reconhecimento das identidades do campo, compreende-se que o Estado atua como uma agência contraditória: ao mesmo tempo em que cria políticas para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais,⁵² cria também mecanismos que favorecem a grilagem de terras, a concentração e o desmatamento de áreas.⁵³

A pressão sobre a terra e os territórios tem acontecido, sobretudo, nas comunidades piauienses, como no Projeto de Assentamento Rio Preto. Apesar de regularizado em 2012 e devidamente demarcado

51. Terras baratas, com alto potencial de valorização, atraíram capitais estrangeiros que tentavam estancar a crise financeira após o desmoronamento das bolsas de valores norte-americanas. Vale ressaltar que a Bolsa de Chicago, nos Estados Unidos é responsável por ditar as tendências do mercado de *commodities*. Sobre a crise financeira e a entrada de capitais estrangeiros no Brasil após 2008, acessar os relatórios da Rede Social de Justiça (2017; 2015) e <<https://www.grain.org/en/article/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>>.

52. Além das leis e decretos já citados anteriormente, acrescentam-se o Plano Safra Agroextrativista, que tem como base os estudos da Lei nº 11.326, de 2006, do Decreto nº 6.223, de dezembro de 2007, dispondo sobre a produção orgânica no Brasil; e a Lei nº 10986, de 2018, que dispõe da Política Estadual de Agroecologia e produção Orgânica do Maranhão (PEAPOMA); as leis que estão ligadas ao reconhecimento das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão e da Bahia, que procuram respectivamente assegurar “a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária” (Art.196 da Constituição do Maranhão de 1990) e conceder o direito real de concessão de uso nas áreas de fundo de pasto (Art.178 da Constituição da Bahia de 1989); e as leis municipais aprovadas no Maranhão e no Tocantins desde 1997, mais conhecidas como “leis do babaçu livre”, que disciplinam o livre acesso aos babaçuais (ALMEIDA, 2004).

53. Para informações detalhadas, consultar: <<https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

É notório o cercamento de nascentes, represamento e desvio de rios: todas as comunidades onde se realizou a pesquisa apresentam relatos sobre a diminuição ou escassez de recurso hídrico.

pelo INCRA, o assentamento sofre constantemente ameaças⁵⁴ e propostas de compra de lotes. O afrouxamento das leis agrárias aumentou o assédio do mercado imobiliário agrícola, e, por conseguinte, os conflitos na região.⁵⁵

Uma das principais referências de dados sobre conflitos são os Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos últimos anos, as estatísticas têm apontado um aumento alarmante nos estados que fazem parte do Matopiba. Em 2016, a CPT apontou a gravidade da situação no Tocantins, onde houve crescimento de mais de 300% no número de conflitos registrados. Segundo a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), em referência aos dados da Comissão, nos últimos 20 anos, foram registrados na região do Matopiba 2.388 conflitos por terra.⁵⁶ Larissa Packer, da organização GRAIN, comentou em reportagem publicada pelo site de notícias Mongabay em 2020: “Estão anistando invasões de terras públicas, que depois são vendidas com desconto de até 90% em preços fixados pelo Incra 20 anos atrás. Ou seja: de graça. Tudo isso torna o mercado de terras no Brasil, por mais arriscado que pareça, bem lucrativo”.⁵⁷

O comentário foi feito no contexto da tentativa de aprovação de uma Medida Provisória que ficou conhecida como MP da Grilagem, a MP 910, criticada por muitas organizações da sociedade civil, uma vez que se tratava de anistiar a apropriação irregular de milhões de hectares, acirrando conflitos, concentrando ainda mais as terras nas mãos de poucos e provocando mais desmatamento.

No sul do Piauí, os conflitos se intensificaram a partir de 2014, de acordo com as informações documentadas. Isso não significa, porém, que eles não ocorriam anteriormente. O estado possui menor número de movimentos sociais articulados justamente na sua porção sul, o que dificulta a troca de informações, ciência dos conflitos e elaboração de estratégias de resistência entre as comunidades. Vale lembrar, contudo, que as fazendas de soja recebem grandes incentivos⁵⁸ do Estado na região (OLIVEIRA, 2018).

Em 2019, a comunidade Brejo do Miguel, no município de Gilbués (TO), território tradicional ribeirinho brejeiro, no sul do estado, foi invadida por grileiros da região. A invasão ocorreu em uma área de roça de toco e solta de animais que é utilizada há cerca de três gerações pela comunidade. Relatos de moradoras e moradores apontam que a cerca que havia sido construída pela comunidade foi destruída por sete pessoas, identificadas por eles como “jangunços”, com o uso de motosserras. A comunidade situa-se em uma área de difícil acesso e não possui telefonia móvel, prejudicando a comunicação e execução das denúncias com rapidez.⁵⁹

Moradores apresentaram durante entrevistas e grupos focais que sofrem frequentes ameaças, como também são impedidos de ter acesso a algumas áreas de uso comum. O avanço da grilagem de terras e do cercamento das áreas de uso e trabalho em Brejo do Miguel tem impactado as formas tradicionais de produção. A comunidade relata que foi obrigada a cercar áreas de roçado e solta de animais, devido à constante ameaça de apropriação e invasão de suas terras por pretensos proprietários, que cada vez mais têm cerceado o direito de ir, vir e produzir.

Mesmo em assentamentos ou comunidades com maior segurança da terra como o Assentamento Alegre (MA), a Associação Boa Vista (MA), e o Assentamento Sete Barracas (TO), as disputas continuam, sobretudo, no que se refere ao acesso à água e à biodiversidade do Cerrado. É notório o cercamento de nascentes, represamento e desvio de rios: todas as comunidades onde se realizou a pesquisa de campo ou nas quais foram feitas atividades com grupo focal apresentam relatos sobre a diminuição ou escassez de recurso hídrico.



Poço Azul, Riachão - Maranhão. Crédito: Thomas Bauer

As comunidades do corredor Mirador-Mesas têm em seus territórios, principalmente no Tocantins e no Maranhão, diversas cachoeiras, córregos e lagoas com alto potencial turístico. Os municípios maranhenses Carolina e Riachão são parcialmente explorados turisticamente (MARANHÃO, 2015, 2012). Nesses dois municípios, sertanejos, ribeirinhos, assentados e pescadores citam locais cuja beleza e encanto são referências para as comunidades: Pedra Caída, Cachoeira da Prata, Poço Azul, Santa Bárbara, Morro do Chapéu (sítio indígena). No entanto, nenhuma comunidade tem acesso às cachoeiras e pontos turísticos, não frequentando, portanto, tais locais. Alguns dos empreendimentos turísticos chegam a cobrar R\$ 60,00 por pessoa para a visita, inviabilizando economicamente o acesso das comunidades e da população local, que historicamente usufruíram e manejaram esses bens comuns. Trata-se de um processo de privatização de territórios antes comunais.

Ainda sob essa lente, vale retornar ao caso do Acampamento Ilha Verde, no município de Babaçu-lândia, em Tocantins, ponto de partida desta pesqui-

sa, originalmente localizado às margens do rio Tocantins. Foi após o represamento do rio Tocantins, em 2010, para a criação de um reservatório de 555 km² de uma usina hidrelétrica que os conflitos de terra se acirraram.

54. <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4754-nota-publica-sobre-conflito-de-terras-no-assentamento-rio-preto-sul-do-piaui>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

55. Lei nº 13.465/2017. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/17723904>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

56. Disponível em: <<https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

57. Reportagem na íntegra disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2020/07/harvard-investiu-quase-meio-bilhao-de-dolares-em-terras-do-cerrado-marcadas-por-conflitos/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

58. Portaria GSF Nº 103 de 08/05/2019.

59. Para maiores detalhes: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/4940-comunidade-brejo-do-miguel-sofre-ataque-no-cerrado-piauiense>>. Acesso em: 9 fev. 2020

QUEIMADAS, DESMATAMENTO E AGRONEGÓCIO NO CERRADO

O ano de 2019 no Brasil foi marcado por um aumento significativo nos focos de incêndio na Amazônia e na região do Cerrado. O segundo município mais atingido no bioma no mês em que ocorreu o que ficou conhecido como “dia do fogo”,⁶⁰ 10 e 11 de agosto de 2019, foi Mirador, no Maranhão, com 506 focos.

O Parque Estadual do Mirador (PEM) possui quase 700 mil hectares de área protegida desde 1980 e vem sendo um dos locais mais atingidos pelos incêndios florestais no país. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o município de Mirador já chegou a registrar 61 focos de fogo em um só dia.

A cidade, sede do Parque Estadual do Mirador, é um dos vinte pontos que contêm os maiores resquícios de Cerrado dentro do Matopiba. O PEM do Mirador foi a unidade de conservação estadual mais destruída na região nesse mesmo agosto de 2019.

Os focos de fogo fizeram parte da trajetória da pesquisa e, portanto, tornaram-se também um dado importante dela. Durante o trabalho de campo, houve queimadas em todos os três estados visitados, nos municípios de Wanderlândia (TO), Carolina e Loreto, no Maranhão, e Santa Filomena (PI).

Os assentados do Rio Preto, no município de Bom Jesus (PI) compõem as equipes brigadistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Eles relataram um aumento nas queimadas nos últimos dois anos, em especial nas áreas de brejo em porções da mata ciliar do rio Uruçuí Preto. Durante o percurso da pesquisa, também foram avistadas queimadas nas comunidades de Aldeia e no Assentamento Esperantina em Wanderlândia (TO); nas proximidades de Buritarama, em Loreto e em Carolina, na região do Parque Nacional da Chapada das Mesas, no Maranhão.

É válido aqui fazer uma distinção entre o que se registra como incêndio criminoso e as queimadas de “roça no toco” e de controle realizadas pelos povos e comunidades tradicionais. Na comunidade de Melancias e no Assentamento Alegre, ambos no Piauí, testemunhamos que o uso do fogo em roças inclui

cuidados especiais, como construção de aceiros, escolha do dia e hora da queima e controle dos fluxos de água para evitar incêndios e fogo subterrâneo, garantindo a conservação das propriedades do solo e o não espraiamento desenfreado do fogo. Nos incêndios criminosos, ao contrário, há focos de fogo dispersos em uma área e, logo após a queimada, é recorrente o uso de “correntão” para desmatar e eliminar o que o fogo não conseguiu.

As regras de gestão do fogo, codificadas na legislação (BRASIL, 2012), não são consideradas legítimas por muitas comunidades, pois estas normas incorporam pouco ou nenhum conhecimento local. Ou seja, não fazem distinção entre práticas tradicionais de manejo e outras práticas que causam destruição massiva da fauna e da flora. Além disto, não consideram obstáculos e restrições enfrentadas por estas comunidades (CARMENTA et al., 2013). Conforme apurado, algumas comunidades seguem com a prática do fogo preventivo, da roça no toco, mesmo na ilegalidade, já que sabem que, caso não haja um manejo do fogo constante no Cerrado ao longo dos anos, a chance de queimadas descontroladas em larga escala aumenta, como comprovado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no manejo do fogo no Parque da Chapada dos Veadeiros.⁶¹

Outra consequência relatada pelas comunidades é a perda de conhecimentos e práticas relacionadas ao fogo (BORGES, SÍLVIA LAINE et al., 2016). As formas de controle que não respeitam conhecimentos tradicionais tendem a enfraquecer e criminalizar os sistemas coletivos de uso controlado de fogo no Cerrado (MISTRY e BIZERRIL, 2011).

Os incêndios criminosos são parte central para compreender o panorama de destruição em curso no Cerrado. Fazem parte de um ciclo de ocupação de áreas de conflitos agrários, degradação ambiental e desmatamento. Com frequência, os incêndios são usados para expulsar moradores das áreas visadas para especulação ou avanço do agronegócio, além de valorizar as terras — artimanha comum historicamente na Amazônia.

O projeto Mapbiomas — criado em 2015, como uma iniciativa de várias entidades, entre universidades, ONGs e empresas de tecnologia, com o objetivo de contribuir para o entendimento da dinâmica do uso do solo no Brasil e em outros países tropicais — analisou todos os alertas de desmatamento gerados por satélites de várias fontes em 2019 e registrou 56 mil pontos de desmatamento por todo o país naquele ano. Ainda segundo dados analisados pelo projeto, de cada dez hectares desmatados no Brasil desde 1985, seis viraram pastagem de baixa produtividade.

Segundo pesquisadores responsáveis pelo Mapbiomas, 99% de todo o desmatamento que aconteceu no Brasil não é regular: não tinham autorização ou estavam em áreas que jamais poderiam ter sido desmatadas. Em outras palavras, é considerado desmatamento ilegal.⁶² Conforme dados de pesquisas do Mapbiomas, divulgadas em agosto e setembro de 2020, entre 1985 a 2019, 87,2 milhões de hectares de áreas de vegetação nativa foram destruídos. Embora mais da metade tenha ocorrido na Amazônia, o Cerrado é proporcionalmente a região mais afetada.⁶³ Além disso, o levantamento aponta que agropecuária é responsável por mais de 90% de toda a degradação.

Além da supressão acarretadas pelas queimadas e desmatamento, as sementes transgênicas e os agrotóxicos para produção, principalmente, de soja, algodão e milho têm tomado as áreas produtivas da região do Matopiba.

Relatos sobre o uso de agrotóxicos nos monocultivos que cercam as comunidades, como os compartilhados por moradores dos territórios piauienses de Melancias, Lagoa dos Martins, Chupé, Salto e São Bento, são recorrentes. Durante as entrevistas e grupos focais, moradores dessas comunidades disseram que não procuram auxílio médico para tratar casos de intoxicação, por medo de retaliações e outras formas de violência. Entre os principais sintomas relatados estão coceiras, inchaço e irritação nas mãos e pés, insuficiência respiratória, dores de cabeça e enxaqueca.

Em 2018, a organização Human Rights Watch publicou um relatório intitulado “Você não quer mais respirar veneno” sobre os impactos no direito à vida e à saúde dos seres humanos causados pela dispersão de agrotóxicos sobre pessoas em comunidades

99% do desmatamento que aconteceu no Brasil não é regular: não tinham autorização ou estavam em áreas que jamais poderiam ter sido desmatadas.

rurais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e escolas rurais de todo o Brasil. O relatório denunciava o envenenamento de moradores de zonas rurais, especialmente a partir da prática da pulverização perto de casas, escolas e locais de trabalho.

Assim como narraram os moradores das comunidades mencionadas acima, o estudo da organização apontou que proprietários de grandes plantações frequentemente desrespeitam um regulamento nacional que estabelece uma “zona de segurança”, proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos próxima a áreas habitadas. As informações coletadas na pesquisa também mostraram que moradores de comunidades expostas temem represálias de grandes proprietários de terras.⁶⁴

A falta de dados sobre o impacto de agrotóxicos na saúde de brasileiros e brasileiras tornou difícil historicamente a comprovação científica e correlação entre os fatos. Há, porém, cada vez mais pesquisas e estudos que apontam na direção do avanço de complicações agudas e crônicas oriundas da aplica-

60. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/09/16/matopiba-concentra-mais-da-metade-das-queimadas-no-cerrado/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

61. Para mais detalhes acessar: <<https://www.youtube.com/watch?v=lJE8lQgEkR8>>. Acesso em: 11 março 2021.

62. Informações completas sobre o Mapbiomas disponíveis em: <<http://alerta.mapbiomas.org/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

63. Reportagem do portal de notícias ambientais Mongabay publicando detalhes sobre os dados disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2020/09/brasil-perdeu-vegetacao-nativa-equivalente-a-10-do-territorio-nacional-nos-ultimos-35-anos/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

64. O relatório pode ser lido na íntegra no site da Human Rights Watch: <<https://www.hrw.org/pt/news/2019/12/02/335405>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



Pulverização aérea sobre monocultivo de algodão em Balsas no Maranhão. Crédito: Thomas Bauer

Relatos sobre o uso de agrotóxicos nos monocultivos que cercam as comunidades, como os compartilhados por moradores dos territórios piauienses de Melancias, Lagoa dos Martins, Chupé, Salto e São Bento, são recorrentes.

ção desses produtos nas lavouras, afetando primeiramente as pessoas que trabalham na agricultura.

Uma das referências no assunto em todo o país é a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco),

que lançou o primeiro Dossiê sobre impactos dos agrotóxicos na saúde em 2012, atualizado em 2014.⁶⁵ Dados importantes reúne ainda o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisadoras e pesquisadores da Fiocruz têm alertado para os rumos políticos recentes no Brasil, tomando uma direção que está na contramão da maior parte do mundo, com a ampliação das autorizações para utilização de agrotóxicos.⁶⁶ Assim, nas últimas quatro décadas, ainda de acordo com a Fiocruz, houve um aumento de 700% no uso de agrotóxicos no Brasil. Além disso, 1 bilhão de litros de agrotóxicos são utilizados a cada ano, tornando o país líder mundial no consumo dessas substâncias.

65. Dossiê na íntegra pode ser acessado no site da Abrasco: <<https://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

66. O sistema está disponível em: <<https://sinitox.iciet.fiocruz.br/agrot%C3%B3xicos-e-sa%C3%BAde>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIA: PROJETO DE VIDA E CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Os povos e comunidades tradicionais dos Cerrados afirmam desde a Carta do Maranhão, em 2002: “Não há defesa do Cerrado, sem os povos do Cerrado”.⁶⁷

A entidade que atua de maneira mais articulada na região do Matopiba é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que há 42 anos apoia a luta camponesa pela terra, defendendo o direito à vida, à cidadania e ao trabalho decente no campo, além de denunciar as várias formas de violência a que estão sujeitos as mulheres e os homens camponeses. Localizada na cidade de Araguaína (TO), a CPT Araguaia-Tocantins (CPT-AT) foi uma das primeiras regionais a serem constituídas no final dos anos 1970.

A CPT do Tocantins e dos outros estados do Matopiba têm historicamente enfrentado os desafios

postos pela situação fundiária — a concentração e a grilagem — e o avanço da agropecuária moderna latifundiária e monocultora sobre os cerrados.

No estado tocaninense destaca-se a atuação da Articulação Camponesa do Tocantins, que vem há uma década criando ações em rede entre quilombos, acampamentos e assentamentos. Para discutir tais ações, são realizados encontros anuais entre as comunidades. A articulação possui um conselho composto por mulheres, homens e jovens em que a presidência é rotativa. A Articulação Tocantinense de

67. Disponível em: <<http://www.povosdocerrado.org.br/?p=17>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



Encontro Nacional dos Povos do Cerrado em Balsas, Maranhão. Crédito: Thomas Bauer

Agroecologia (ATA) também é uma importante organização no fomento das trocas de saberes, sementes, lutas, experiências⁶⁸ no estado.

A implementação de SAFs, hortas agroecológicas e quintais produtivos pelas famílias reitera as práticas camponesas e dos povos e comunidades tradicionais frente à monoculturação imposta pelo avanço da fronteira no Matopiba. Além de agricultura, esses fazeres promovem conexões ambientais e culturais, fortalecendo a produção familiar e a conservação da biodiversidade no Cerrado. Os quintais agroecológicos maranhenses em Riachão do Projeto de Assentamento Alegre, Projeto de Assentamento Vida Nova, Comunidade Estreito do Riachão e Comunidade Coco dos Neves funcionam como um verdadeiro corredor agrícola e cultural da região, combinando sistemas produtivos e saberes das famílias.

Ainda no estado maranhense, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem construindo a Teia dos Povos, da qual um dos coordenadores nacionais da Comissão e representante do estado maranhense, nos dá uma descrição:

A Teia é construída a partir de “espaços de discussão de mobilização, de celebração, de todas as comunidades tradicionais. Todas elas chegam na Teia com o mesmo poder de discussão e o objetivo é garantir o seu território. É um espaço aglutinador de todas essas forças. Seria o que nós chamados de teia, que vai tecendo até se fortalecer. Nós já realizados em várias comunidades. Em maio de 2019, o encontro contou com mais de 500 pessoas de todo Maranhão. Lá, tinha ribeirinho, pescador, quebradeira de coco,

quilombola indígena, sertanejo, geraizeiro, acampados, assentados, no qual se abre uma discussão no sentido de encaminhar ações de fortalecimento desses grupos em seus territórios.

As lideranças dos territórios coletivos de Chupé e Melancias, em Santa Filomena (PI), possuem análises semelhantes sobre as ações e articulações que vêm sendo realizadas no sul do Maranhão. Nas palavras de Pedro, liderança brejeira da comunidade Chupé:

O que eu acho que tem fortalecido a comunidade é essas parcerias que nós estamos arrumando, as informações, a CPT, com os pesquisadores que têm vindo. Porque muitas vezes tem gente que o fazendeiro chega querendo chutar ele e ele acha que ele tem que sair porque tem aquela história: não adianta o pobre ficar questionando com uma pessoa que tem dinheiro porque nunca vai ser ouvido, né? Mas, através das informações que a gente vai tendo, você sabe que existe seus direitos, né?! A questão da informação é da maior importância.

No Piauí, as lideranças das comunidades bem como os agentes da CPT têm consciência das ameaças que enfrentam, como registrado no grupo focal e nas entrevistas realizadas nas comunidades. Nos núcleos piauienses Melancias I e II, Morro d'Água e no Território Vão do Vico, há inúmeras relatos sobre as empresas e fazendas que impactam e ameaçam as comunidades⁶⁹ A documentação de informações se fortaleceu, após ações articuladas e campanhas nacionais e internacionais sobre os impactos na região.

A interação entre Estado e comunidades ainda é pouco eficaz. As comunidades em geral não acessam os espaços institucionais de representatividade de coletivos e comitês. O Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) são os principais programas governamentais acessados. Comunidades com insegurança da terra, como os quilombos Grotão, no município de Filadélfia (TO), e São Bento, em Carolina (MA), e as comuni-



dades do sul do Piauí ainda não têm documentos de titulação ou concessão de uso da terra, o que impede a emissão da Declaração de Aptidão Agrícola (DAP), documento exigido para acessar políticas públicas agrícolas. Nestes termos, para grande parte das comunidades, uma das estratégias é pleitear pela garantia de direitos e por políticas públicas adequadas. No Assentamento Alegre, em Riachão (MA), o assentado Adécio, coloca:

Um ponto muito estratégico é a organização. Eu sempre digo para os meus vizinhos, aqui, que a pessoa unida tem mais força. Esses órgãos públicos, se chegar uma pessoa sozinha, no governo, será se ela vai ao menos ser atendida?

68. Disponível em: <<http://www.apato.org.br/rede-articulacao-tocantinense-de-agroecologia-reune-entidades-para-avaliacao-e-planejamento-de-atividades/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

69. Ver reportagem realizada pela pública disponível em: <<https://apublica.org/2018/05/nos-baixoes-do-piaui-paga-se-o-preco-do-progresso-do-matopiba/>> e os relatórios publicados pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2015, 2017) e <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/07/grilagem-desmatamento-e-ameacas-de-morte-avancam-no-sul-do-piaui-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.



LIÇÕES E APRENDIZADOS DA PESQUISA

A luta pelo reconhecimento de territórios tradicionais e pela constante transformação, em conexão com ancestralidades, é o caminho escolhido pelos povos e comunidades tradicionais cerradeiros. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência, mas também de garantia de modos de vida e do próprio Cerrado.

A rica diversidade da flora e fauna do Cerrado, combinada com as culturas e saberes de seus povos, é fonte incalculável de possibilidades de reprodução de modos de vida. Por isso, ao longo do relatório, tratou-se de sociobiodiversidade, em vez de entender apenas a diversidade a partir de uma perspectiva estrita das Ciências Naturais e Biológicas. Após todo o percurso desta pesquisa, faz-se evidente a conexão entre a conservação, reprodução e diversificação do Cerrado ao longo de séculos com os modos de vida e com os processos de manejo que permitem continuidades. Os povos e comunidades tradicionais do Cerrado apontam um caminho contrário à degradação, expulsão e extinção.

Neste estudo, foram apresentados registros de experiências que geram benefícios socioeconômicos com o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, como as de frutas nativas, espécies medicinais, fibras, óleos. Dessa forma, torna-se evidente que a conservação do Cerrado é essencial para a existência dos territórios tradicionais. E vice-versa. Em relação mútua com a biodiversidade do Cerrado, os povos e comunidades tradicionais garantem a sua subsistência, além de atuarem como guardiões das águas, matas e serras, formando o que chamamos aqui de sociobiodiversidade.

O atual modelo hegemônico de uso da terra para produção agrícola tem causado danos aos bens naturais, como solos, rios e biodiversidade. No Cerrado as riquezas das serras e baixões têm atraído grandes investimentos em busca de terras para especulação e produção matérias-primas para exportação. A bacaba, o buriti e as áreas de brejo têm sido substituídas pelos monocultivos transgênicos da soja, do algodão, do eu-

calipto e do milho. Essa substituição do modo de vida tradicional para a produção do agronegócio faz parte de um projeto que impede a manutenção do Cerrado em pé e, assim, dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

O avanço do agronegócio, principalmente após a consolidação do Matopiba inevitavelmente aumenta a pressão sobre o uso da terra, acirrando conflitos não só relativos à terra território, mas aos bens naturais como a água, o solo, a fauna e a flora.

Sobre os conflitos de terras, a insegurança jurídica na maioria das comunidades faz com que a luta pelo território, direito garantido pela Constituição Federal, seja constante. Com atuais entraves políticos e lentidão das titulações de territórios coletivos, geo-referenciamentos e certidões ambientais de propriedade privadas e individuais têm crescido mesmo em áreas ocupadas previamente pelas comunidades tradicionais.⁷⁰ Além disso, a maior parte das terras tituladas são individuais e os entraves para o reconhecimento das terras coletivas seguem aumentando.

Em todas as comunidades que se visitou, a água é uma questão alarmante. Como é recurso primordial para o preparo da comida, o cuidado dos animais e para as hortas, roçados e quintais, o impacto da contaminação e escassez das águas afeta diretamente a reprodução da vida. Como o trabalho reprodutivo e toda a visão coletiva e disruptiva conectada a ele tem sido historicamente definido como ligado às mulheres, elas são mais atingidas, assim como pela questão da terra em si.

O desmatamento e as queimadas, que se intensificaram em 2018 e 2019, são grandes desafios da região. As queimadas em 2019 ocorreram próximas das áreas de expansão das fazendas ou das áreas de conflitos entre comunidades e empresas do agronegócio, mostrando o quão fundamental é garantir e reconhecer territórios tradicionais e coletivos para a conservação do Cerrado⁷¹. Em 2020, o cenário se agravou. Entre janeiro e agosto, foram registrados 21.460 focos de incêndios no Cerrado, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE).⁷²

A partir das visitas a campo, entrevistas e atividades realizadas na região, bem como dos estudos citados neste relatório, fica nítida a consolidação do Matopiba enquanto fronteira agrícola. A ação estatal

No Cerrado as riquezas das serras e baixões têm atraído grandes investimentos em busca de terras para especulação e produção matérias-primas para exportação.

e a efetivação de Planos de Desenvolvimento via Matopiba atraíram para a região a atenção de investidores ligados ao agronegócio e outros setores, como infraestrutura e energia, mas as riquezas geradas não estão resultando em melhoria da qualidade de vida da população local. Pelo contrário, desestabilizam modos de vida e aumentam a insegurança alimentar.

Apesar do desmate e de toda destruição, as comunidades têm fortalecido redes de apoio e articulação junto a jornalistas, assessorias, sindicatos, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos sociais e acadêmicos,⁷³ destinadas a compreender, denunciar e resistir frente à complexidade do avanço da fronteira e seus impactos. Uma existência coletiva traçada por práticas cotidianas, políticas em essência, que combinam vida, manejo da biodiversidade e luta por direitos à permanência dos povos e comunidades tradicionais no Cerrado, nos cerrados. 🌱

70. Para maiores detalhes: <<https://www.grain.org/en/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

71. Ver: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/09/16/matopiba-concentra-mais-da-metade-das-queimadas-no-cerrado/>> Acesso em: 30 de abr. 2021

72. Em outubro, uma ferramenta específica de monitoramento do desmatamento no Cerrado foi lançada pela Universidade Federal de Goiás, o Dpat (Deforestation Polygon Assessment Tool, em inglês). Para acessar à ferramenta: <<https://www.cerradodpat.org/#/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

73. Ver: <<https://grain.org/en/article/6022-rural-communities-in-brazil-pay-the-price-for-harvard-s-billion-dollar-spending-spree-on-global-farmland-says-new-report>>; <<https://news.mongabay.com/2019/11/brazils-coconut-breakers-feel-the-squeeze-of-cerrado-development/>> e <<https://apublica.org/2018/05/nos-baixoes-do-piaui-paga-se-o-preco-do-progresso-do-matopiba/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACTIONAID. **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ActionAid e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2017.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n. 1, ANPUR. Maio, 2004.
- ALVES, V.E. L. (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.
- BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O.(orgs.). **Geografias da Soja: A Territorialidade do Capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- BORGES, SÍLVIA LAINE et al. **Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão**. Ambient. Soc., São Paulo, v. 19, n. 3, p. 269-294, Sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000300269&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal)**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- CARMENTA, R; VERMEYLEN, S; PARRY, L; BARLOW, J. **Shifting Cultivation and Fire Policy: Insights from the Brazilian Amazon**. Human Ecology, 41:4, 2013. p. 603-614.
- CASTILHO, M. W. V.; CASTRO, J. G. D. **Do sertão à periferia: a expropriação camponesa pela expansão da Soja. O caso da Serra do Centro em Campos Lindos (TO)**. Araguaína: FASE, 2006.
- CIFUENTES, J. E. M. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos-Tocantins**. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- EMBRAPA. **Embrapa Territorial. Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão**. Campinas, 2014.
- EMBRAPA. **Matopiba GeoWeb**. Brasília: Embrapa, 2015.
- FUNAI. **Levantamento terras indígenas**. Brasília, 2018.
- GREENPEACE. **Segure a linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado**. São Paulo, 2018.
- GUÉNEAU, S. et al. **Alternativas para o desenvolvimento do bioma Cerrado: o uso sustentável da sociobiodiversidade pelas comunidades agroextrativistas**. Brasília: Edit. IEB Mil Folhas, 2020.
- INCRA. **Levantamento de assentamentos por município**. Brasília, 2018.
- LIMA, D. A. **Terra, trabalho e acumulação: o avanço da soja na região Matopiba**. 2019. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
- LIMA, D. **A fronteira moderna de grãos e as transformações do espaço agrário do Tocantins**. Palmas: EdUFT, 2017.
- MACHADO, L, O. **A fronteira agrícola na Amazônia brasileira**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n.2, p. 27-55, 1997.
- MARANHÃO. **Secretaria de Estado de Turismo. Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão: relatório final**. São Luiz, 2012.
- MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. de. **Proposta de delimitação territorial do Matopiba**. Campinas: Embrapa,, 2014.
- MORAES, A. C. R. **O sertão: um outro geográfico**. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.
- MISTRY, J., BIZERRIL, M. **Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas?**. Revista Biodiversidade Brasileira, 2, 40-49. 2011.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2017.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A Empresa Radar S/A e a especulação de terras no Brasil**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.
- RIBEIRO, J.F. & WALTER, B.M.T. **As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado**. In: Cerrado: ecologia e flora. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008.
- RODRIGUES, W; VASCONCELOS, S. J.; BARBIEIRO, A. K. **Análise da efetividade socioeconômica do Prodecir III no município de Pedro Afonso, Tocantins**. Pesquisa Agropecuária Tropical. Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-6, out./dez. 2009.
- ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- PIRES. M O. **Desenvolvimento e Sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Terras de Estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2018.
- THUM, C. **Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162-179, junho, 2017.
- WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas**. 2006. 389 f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Departamento de Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SAIBA MAIS EM:

Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

campanhacerrado.org.br

ActionAid

actionaid.org.br

Realização

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA

act:onaid

Parcerias



ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

MATR
ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS

Apoio



ISBN: 978-65-89247-02-9



9 786589 247029